



*Empoderando vidas.  
Fortalecendo nações.*

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**MINISTRA DE ESTADO PARA A ÁREA SOCIAL**  
**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) ANGOLA**  
**INTERNATIONAL POLICY CENTRE FOR INCLUSIVE GROWTH (IPC-IG)**

# **MAPEAMENTO E DIAGNÓSTICO DOS PROGRAMAS SOCIAIS EM ANGOLA**

**Relatório final**

2020

## Prefácio

As políticas públicas sociais representam uma das ferramentas mais importantes que o Estado angolano tem para erradicar a pobreza e todas as formas de vulnerabilidade social. O relatório sobre diagnóstico e mapeamento dos 36 programas sociais é apresentado num momento desafiador para todos os países no mundo inteiro e sem precedentes devido à pandemia do coronavírus Covid-19. Angola aprovou o Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Pandemia e instituiu a Comissão Multissetorial de Resposta ao Covid-19. Governo, sector privado, Organizações da Sociedade Civil e instituições de desenvolvimento estão de mãos dadas para resposta positiva à Covid-19, mas também promover ideias inovadoras que estimule a recuperação e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Seguindo o forte compromisso do Governo Angolano em promover programas sociais orientados ao combate à pobreza, o Casa Civil da do Presidente de República e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em parceria com o International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), realizaram o diagnóstico e mapeamento de 36 programas sociais chave que podem contribuir para a redução da pobreza monetária no País, que supõem em total cerca de US\$ 4 mil milhões.

O presente relatório identificou cinco tipologia de classificação dos programas sociais e permitiu investigar a execução, a área de abrangência, o público-alvo e o sistema de monitoramento. Observaram-se algumas fragilidades na execução financeira e operacional de alguns programas, mas também progressos importantes e sinergias entre os programas através da convergência territorial e da intersectorialidade das acções.

No contexto da Covid-19 e da revisão intercalar do PDN 2018-2022, o diagnóstico aponta para as oportunidades para revisar e acelerar a implementação dos programas sociais, visando a facilitar o alinhamento entre planeamento (PDN 2018-2022), orçamento (OGE) e, sobretudo, catalisar os financiamentos públicos e privados com mais impacto nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com base nas prioridades nacionais.

Carolina Cerqueira

Ministra de Estado para a Área Social

Henrik Fredborg Larsen

Representante Residente do PNUD em Angola

## Sumário

1. Mapeamento dos Programas Sociais de combate à pobreza em Angola.....	6
2. Descrição e tipologia dos programas sociais.....	10
3. Público-alvo e mecanismos de monitoramento dos programas sociais.....	20
4. Intersetorialidade dos programas sociais .....	25
5. Resultados e recomendações .....	35
Anexo .....	43

## **Siglas**

Apoio à Proteção Social em Angola - APROSOC

Banco Africano para o Desenvolvimento - BAD

Banco Mundial - BM

Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional - FRESAN

Gabinete de Estudos, Projetos e Estatísticas - GEPE

Inquérito sobre Despesas e Receitas - IDR

Instituto Nacional de Estatística - INE

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

International Policy Centre for Inclusive Growth - IPC-IG

Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher - MASFAMU

Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado - MATRE

Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social - MAPTSS

Ministério da Agricultura e Florestas - MINAGRIF

Ministério da Economia e Planeamento - MEP

Ministério da Educação - MED

Ministério da Indústria - MIND

Ministério da Juventude e Desporto - MJD

Ministério da Pesca e do Mar - MINPESMAR

Ministério das Finanças - MINFIN

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - MESCTI

Ministério do Turismo - MINTUR

Objectivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Organização Mundial do Comercio - OMC

Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade - PAPE

Plano de Desenvolvimento Nacional - PDN

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD

Programa de Apoio ao Crédito - PAC

Programa Integrado de Intervenção dos Municípios - PIIM

Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II

Revitalização do ensino técnico e da formação profissional - RETFOP

União Europeia - EU

## Gráficos

Gráfico 1. Número de programas sociais segundo instituições gestoras .....	12
Gráfico 2. Número de programas sociais segundo categorias da tipologia.....	13
Gráfico 3. Número de programas sociais segundo tipologia e instituição executora .....	14
Gráfico 4: Número de programas sociais segundo amplitude de seus objectivos de acordo com tipologias de classificação.....	15
Gráfico 5. Número de programas sociais segundo execução financeira por tipo de instituição gestora .....	18
Gráfico 6. Número de programas sociais segundo área de abrangência .....	19
Gráfico 7. Número de programas sociais segundo público coberto pelas acções.....	22
Gráfico 8. Número de programas sociais segundo público coberto pelas acções por tipologia de programas.....	22
Gráfico 9. Número de programas sociais segundo sistema de monitoramento das acções .....	24
Gráfico 10. Número de programas sociais segundo sistema de monitoramento das acções por tipologia de programas.....	25
Gráfico 11. Soma de programas sociais segundo o número de províncias .....	26
Gráfico 12. Soma de programas sociais com execução financeira segundo o número de províncias.....	27
Gráfico 13. Soma de programas sociais segundo área de abrangência geográfica.....	27
Gráfico 14. Soma de programas sociais com execução financeira segundo área de abrangência geográfica .....	28
Gráfico 15. Soma de programas sociais (total e apenas em execução) segundo número de províncias.....	28
Gráfico 16. Número de programas segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia .....	29
Gráfico 17. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia .....	30
Gráfico 18. Número de programas sociais por categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural e urbana” .....	31
Gráfico 19. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural” .....	32
Gráfico 20. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “urbana” .....	32
Gráfico 21. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural e urbano” .....	33
Gráfico 22. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural” .....	33
Gráfico 23. Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “urbano” .....	34

## Quadros

Quadro 1. Lista dos programas sociais analisados, segundo instituições gestoras .....	11
Quadro 2: Etapas do desenvolvimento dos programas sociais .....	45
Quadro 3. Lista de programas sociais segundo diversas informações utilizadas para análise. Informações: objectivos do programa, ações previstas no projeto que estão em execução e orçamento (2019) .....	42
Quadro 4. Lista de programas sociais segundo diversas informações utilizadas para análise. Informações: Observação sobre execução financeira, público (rural/urbano), tipologias, fontes de informação e público-alvo .....	52
Quadro 5. Lista de programas sociais segundo províncias cobertas pelos objectivos e metas contidos nos projetos. Províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene e Huambo .....	62
Quadro 6. Lista de programas sociais segundo províncias cobertas pelos objectivos e metas contidos nos projetos. Províncias de Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire.....	66

# DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS EM ANGOLA

## 1. Mapeamento dos programas sociais de combate à pobreza em Angola

Segundo o Inquérito sobre Despesas e Receitas (IDR)<sup>1</sup>, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em 2019, Angola apresentou taxa de incidência da pobreza monetária de 40,6% em base à linha de pobreza nacional e 47,6% em base à linha de pobreza internacional de USD1,90 por dia.<sup>2</sup> Ou seja, pouco mais de quatro dentre dez pessoas não possuíam rendimento monetária suficiente para garantir as condições mínimas de subsistência no referido período. Quando considerados outros fatores que dizem sobre a qualidade de vida da população que não a monetária, a taxa de pobreza aumenta consideravelmente.

Segundo o relatório do INE sobre pobreza multidimensional nos municípios de Angola de 2019, que mensura a pobreza pelas dimensões conjuntas da saúde, educação, habitação e trabalho, 65 dos 164 municípios do país apresentaram uma taxa de incidência de pobreza acima de 90% e com alguns municípios acima de 95%.<sup>3</sup> Ou seja, nove a cada dez pessoas residentes nestes municípios estavam em situação de pobreza. Mais do que meramente estimativas estatísticas, os valores percentuais monetários e multidimensionais de pobreza representam o enorme desafio que o Governo Angolano tem pela frente ao buscar políticas sociais que garantam melhor qualidade de vida de sua população.

A pobreza é tema recorrente nas agendas internacionais de promoção e fomento de políticas sociais. Mais do que um mero entrave para o desenvolvimento dos países, a pobreza é apontada como questão prioritária a ser superada a fim de garantir minimamente a qualidade de vida mínima das populações ao redor do globo. Particularmente, o tema é destaque na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde foram pactuadas acções que promovam a superação da pobreza em todos os estados-

---

<sup>1</sup> Informação extraída da apresentação do estudo Inquérito sobre Despesas e Receitas 2018-2019, intitulado “Apresentação do Relatório sobre o IDR/IDREA 2018-2019”, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística – INE, em dezembro de 2019.

<sup>2</sup> Se utilizado metodologia internacional de USD 1,90 por dia (Nações Unidas, ODS), a cifra salta para 45,7% da população em situação de pobreza monetária.

<sup>3</sup> O estudo Pobreza Multidimensional nos Municípios em Angola (2019) utilizou dados do último Censo Demográfico de Angola, de 2014. Embora a data de referência do estudo seja cinco anos atrás, entende-se que as transformações nas dimensões analisadas pouco de modificaram ao longo do tempo. Portanto, as evidências encontradas nas análises ainda são robustas o suficiente para descrever a pobreza presente nos municípios de Angola.

membros – da qual Angola é signatária. Não por acaso que o primeiro ODS foi definido como “Erradicação da Pobreza”.<sup>4</sup>

Seguindo o forte compromisso do Governo Angolano em promover programas sociais orientados ao combate à pobreza, e inserido no contexto de cumprimento dos ODS, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Angola, em parceria com o International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), buscou apoiar a Presidência da República de Angola – Ministra de Estado para a Área Social – no mapeamento dos programas sociais que contribuem directamente para a redução da pobreza no país.<sup>5</sup>

Para tanto, três missões foram realizadas a fim de mapear e analisar os programas sociais relacionados com o combate à pobreza em Angola. Num primeiro momento, houve o esforço para identificar os programas sociais que tinham como foco direto e/ou indireto de suas iniciativas o combate à pobreza.<sup>6</sup> A lista incluiu trinta e seis programas sociais – dos quais vinte e sete programas são programas Governamentais, vinte e quatro programas incluídos no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, e Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) e Programa de Apoio ao Crédito (PAC); assim como nove programas financiados com recursos de parceiros de desenvolvimento internacional.<sup>7</sup>

No segundo momento, uma missão foi organizada para construir diagnóstico amplo das condições atuais dos programas sociais, considerando de aspectos institucionais e orçamentários a aspectos técnicos e operacionais, e mapear lacunas e sobreposições de atendimento, apoiando na identificação de indicadores de monitoramento que possibilitem a melhoria de sua gestão.<sup>8</sup> Para tanto, reuniões foram realizadas com as áreas técnicas de diversos Ministérios e Organismos Internacionais de fomento às políticas sociais em Angola no período de 17 a 29 de Novembro de 2019. Ao todo foram 16 reuniões realizadas em dez dias de missão.<sup>9</sup>

---

<sup>4</sup> Para consulta dos *Objectivos para o Desenvolvimento Sustentável* das Nações Unidas, acessar a página da internet: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>.

<sup>5</sup> Cabe destacar a liderança da Casa Civil na organização das reuniões técnicas com equipas dos Ministérios e Instituições Financeiras Internacionais, permitindo o mapeamento diagnóstico e discussão sobre o funcionamento dos programas que estão relacionados ao combate à pobreza em Angola. Ressalta-se, ainda, a liderança e valorosas contribuições de: Dra. Carolina Cerqueira (Ministra de Estado para a Área Social); Dra. Maria de Fátima Republicano de Lima Viegas (Secretária de Estado para Assuntos Sociais) Dr. Issac Francisco Maria dos Anjos (Secretário de Estado para o Sector Produtivo); e equipa técnica da Ministra de Estado para a Área Social e da Casa Civil.

<sup>6</sup> A primeira missão de mapeamento dos programas sociais relacionados ao combate à pobreza em Angola realizada em setembro de 2019.

<sup>7</sup> A listagem de programas sociais de combate à pobreza está descrita no documento Termo de Referência: Missão para o Diagnóstico e Mapeamento dos Programas Sociais, 17 – 29 Novembro 2019.

<sup>8</sup> A segunda missão que consistiu numa série de reuniões com as áreas técnicas dos Ministérios e Instituições Financeiras Internacionais de fomento aos programas sociais foi realizada em Novembro de 2019.

<sup>9</sup> As reuniões tiveram como pauta um questionário previamente enviado pela Casa Civil às diversas áreas técnicas das políticas sociais. Grosso modo, todas as reuniões ofereceram valiosos insumos para a equipa da Missão Conjunta -



A terceira missão foi realizada com intuito de colectar informações adicionais para compor o quadro geral de mapeamento e diagnóstico dos programas sociais.

Das actividades realizadas, destacam-se a participação dos integrantes da missão na Conferência Internacional sobre o Combate à Pobreza<sup>10</sup>, setes reuniões com equipas técnicas de diversos ministérios para coleta de informações sobre os programas sociais e/ou para obter acesso a informações adicionais que permitissem o monitoramento e avaliação dos programas e, por fim, duas reuniões técnicas de apresentação dos resultados preliminares do mapeamento e diagnóstico.<sup>11</sup> Ao fim da missão, que ocorreu entre os dias 5 a 14 de Fevereiro de 2020<sup>12</sup>, foram mapeados e analisados trinta e sete programas sociais mapeados e analisados.<sup>13</sup>

É apresentado neste relatório analítico informações coletadas no segundo momento das actividades em parceria entre a Sra. Ministra de Estado para a Área Social de Angola, PNUD e IPC-IG. Além desta secção de apresentação (Secção 1), o relatório está organizado em quatro outras secções, abrangendo tópicos específicos de análise. Os conteúdos de análise das secções estão assim descritos:

- Secção 2. Apresentação dos programas sociais por meio de descrição das instituições gestoras e tipologia de classificação. A descrição é feita por meio da identificação das instituições gestoras dos programas sociais, mas também notas sobre a execução financeira, objectivos específicos e cobertura provincial de cada programa social. A tipologia de classificação dos programas sociais tem por função reduzir a complexidade dos programas a fim de facilitar a leitura das informações e comparações a partir dos seus objectivos específicos. Informações da execução e sustentabilidade financeira e área de abrangência (rural e urbana) são analisadas à luz da tipologia de classificação dos programas;
- Secção 3. Listagem dos públicos-alvo dos programas sociais, como também os sistemas de informações utilizados para o devido monitoramento e avaliação das acções. Busca-se a relação entre o público-alvo e as categorias da tipologia dos programas; e

---

Casa Civil, PNUD Angola e IPC, de compreender os principais elementos de funcionamento dos programas, bem como diversos fatores limitantes de suas implementações. A agenda de reuniões está em Anexo.

<sup>10</sup> A Conferência Internacional sobre o Combate à Pobreza foi realizada pela Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas (ENAPP) e PNUD, em Luanda, no dia seis de fevereiro.

<sup>11</sup> A primeira reunião foi realizada para Secretário de Estado do MASFAMU e equipas técnicas de diversos ministérios consultados na segunda missão. A segunda reunião foi realizada para técnicos de instituições internacionais (PNUD, UNESCO e Banco Mundial). Ambas as reuniões ocorreram no dia sete de fevereiro.

<sup>12</sup> A agenda da terceira missão está em Anexo.

<sup>13</sup> A terceira missão identificou a Política Nacional da Juventude, executada pelo Ministério da Juventude e Desporto (MJD). Trata-se de uma iniciativa transversal aos diversos programas sociais, com objectivo de colocar em pauta as necessidades específicas da população jovem (em idade entre quinze a vinte e nove anos), particularmente nas questões relacionadas à inserção desses indivíduos na sociedade (serviços básicos, acesso ao mercado de trabalho e melhoria das condições socioeconómicas, participação na vida política e pública, entre outros temas).

descrevem-se quais os tipos de sistemas mais utilizados pelos gestores dos programas de forma a monitorar as acções;<sup>14</sup>

- Seção 4. Análise da convergência territorial (províncias e áreas de abrangência estão cobertas pelos programas) e sobreposição tipológica (províncias com programas sociais classificados por mais de uma classificação tipológica) dos programas sociais. E tal análise permite identificar a intersetorialidade dos programas sociais no território;
- Seção 5. Uma breve secção de fechamento do produto que destaca os principais resultados dos temas anteriormente tratados. São feitos alguns apontamentos relevantes para promover a eficiência dos programas sociais de combate à pobreza em Angola.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> Não foram realizadas análises dos mecanismos de seleção do público-alvo e dos indicadores de avaliação dos programas sociais. Justificativas estão presentes na Seção 3.

<sup>15</sup> Cabe apontar que há uma seção de Anexo que contém a agenda de reuniões da segunda missão de trabalho e quadros informativos sobre todos os programas sociais analisados.

## 2. Descrição e tipologia dos programas sociais

A secção tem objectivo de descrever e analisar o escopo dos programas sociais. Inicialmente apresentam-se cada programa segundo instituição gestora. Em seguida, os programas são analisados por meio de tipologia de classificação. A tipologia de classificação comporta os principais eixos de atuação dos programas sociais, tomando-se em conta a descrição dos programas contidos no PDN 2018-2022 e demais documentos que permitam compreender seus objectivos e metas específicas.<sup>16</sup> Em especial, a tipologia considera os objectivos de cada programa que estão ligados, direta ou indiretamente, ao combate à pobreza em Angola.

### 2.1 Lista dos programas sociais

A missão de mapeamento dos programas sociais em parceria entre Ministra de Estado para a Área Social, PNUD e IPC identificou 36 programas ligados aos departamentos ministeriais (aproximadamente três quartos) e Instituições Financeiras Internacionais (IFI) em Angola (aproximadamente um quarto). E a maior parte dos programas sociais (24 de 28 programas) está relacionada aos departamentos ministeriais de Estado e descrita no PDN 2018-2022 – parte integrante sistêmica da política de desenvolvimento de Angola (Quadro 1).

Dentre os programas, destacam-se os seguintes órgãos que estão diretamente ligadas à gestão dos projetos: Ministério da Educação - MED (oito programas); Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social - MAPTSS (cinco); Ministério da Economia e Planeamento MEP (quatro); Banco Africano de Desenvolvimento - BAD (três); Banco Mundial - BM (três); União Europeia - UE (três); Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher - MASFAMU (dois); Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado - MATRE (dois); Ministério da Agricultura e Florestas - MINAGRIF (dois); Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - MESCTI (um); Ministério da Indústria - MIND (um); Ministério da Pesca e do Mar - MINPESMAR (um); Ministério do Turismo - MINTUR (um); Ministério da Juventude e Desporto (um) (Gráfico 1).

---

<sup>16</sup> As documentações utilizadas para classificar os programas sociais segundo tipologias foram questionários respondidos pelos técnicos das diversas áreas entrevistadas pela missão de mapeamento e análise dos programas sociais, Decretos Presidenciais, Relatórios de resultados e impactos dos programas entre outros documentos.

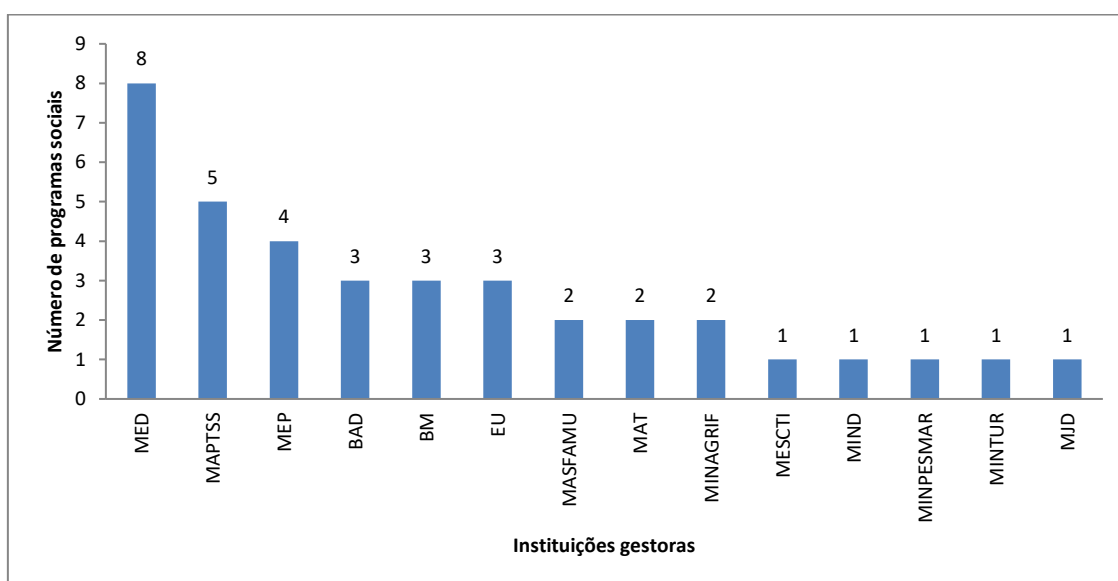
**Quadro 1.** Lista dos programas sociais analisados, segundo instituições gestoras

Nome dos Programas e códigos no PDN 2018-2022*	Instituição executora do programa	Tipologia**
1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza	MASFAMU	D
1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher	MASFAMU	D
1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente	MED	B
1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar	MED	D
1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário	MED	D
1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral	MED	D
1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional	MED	D
1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos	MED	D
1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	MESCTI	D
1.2.8: Acção social, saúde e desporto escolar	MED	D
1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)	MED	B
1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional	MAPTSS	B
1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações	MAPTSS	B
2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade	MEP	C
2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)	MEP	C
2.3.2: Fomento da produção agrícola	MINAGRIF	C
2.3.3: Fomento da produção pecuária	MINAGRIF	C
2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável	MINPESMAR	B
2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora	MIND	C
2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico	MINTUR	C
2.5.1: Reconversão da economia informal	MEP	C
2.5.2: Promoção da empregabilidade	MAPTSS	B
2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho	MAPTSS	D
4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais	MATRE	E
Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE)	MAPTSS	B
Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	MEP	D
Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)	MATRE	E
Política Nacional da Juventude	MJD	D
FRESAN (União Europeia)	UE	D
APROSOC (União Europeia)	UE	D
RETFOP (União Europeia)	UE	B
Fortalecimento proj. do sistema nac. protecção social (transf. de rendimento) (Banco Mundial)	BM	A
Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial)	BM	C
Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial)	BM	C
Linha de Crédito para o Banco BPC (BAD)	BAD	C
Projecto de Apoio ao Sector de Pesca (BAD)	BAD	C
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda (BAD)	BAD	C

\*) O código anterior ao nome da maioria dos programas sociais faz referência ao número do programa no PDN, 2018-2022.

\*\*) Ver Quadro 4 no Anexo

**Gráfico 1.** Número de programas sociais segundo instituições gestoras



Listados os programas sociais segundo órgãos gestores (Ministérios e IFI), apresenta-se a tipologia de classificação de cada programa social mapeado pela missão.

## 2.2 Tipologia de classificação dos programas sociais

Com base nas informações coletadas sobre cada programa social, foi possível desenvolver uma tipologia composta por quatro eixos principais de actuação dos programas com base em seus objectivos específicos. São eles: A. Transferências monetárias; B. Geração de trabalho e renda (inclusão produtiva); C. Ampliação da infraestrutura e oferta de bens; D. Ampliação de serviços sociais; E. Ampliação da capacidade institucional.

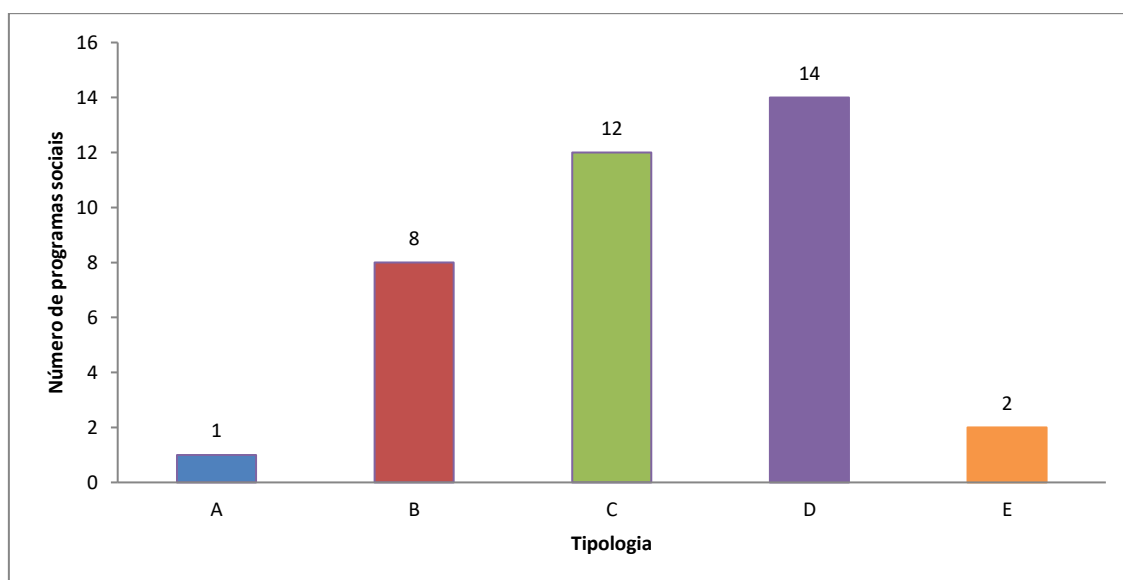
- Classificam-se na categoria de transferência monetária (**Categoria A**) os programas que de alguma forma ofertam diretamente dinheiro às famílias como forma de atenuar a situação de pobreza monetária;
- Classificam-se na categoria de geração de trabalho e renda (inclusão monetária) (**Categoria B**) os programas que elevam a probabilidade de inserção da população ao mercado de trabalho remunerado por meio de iniciativas de qualificação profissional, empreendedorismo e inclusão produtiva;
- Classificam-se na categoria de ampliação de infraestrutura ou oferta de bens (**Categoria C**) os programas que induzem o aumento dos equipamentos públicos e a oferta geral de bens à população em situação de pobreza;

- Classificam-se na categoria de ampliação de serviços sociais (**Categoria D**) os programas que induzem ao aumento de serviços sociais específicos à população em situação de pobreza;
- Classificam-se na categoria de ampliação da capacidade institucional (**Categoria E**) os programas de expansão das instâncias provinciais e municipais de implementação de políticas sociais.

Considerando a distribuição dos programas sociais segundo a tipologia, observa-se maior concentração na categoria D. Ampliação da oferta de serviços sociais (quatorze programas), seguidos pelas categorias C. Ampliação da infraestrutura e oferta de bens (doze), B. Geração de trabalho e renda (inclusão produtiva) (oito), E. Ampliação da capacidade institucional (dois) e A. Transferências monetárias (um) (Gráfico 2).

Portanto, 70% dos programas sociais estão relacionados ao combate à pobreza em Angola por meio da ampliação de infraestrutura, oferta de bens e de serviços (categorias C e D). Cabe frisar que os programas possuem diversos objectivos específicos. Mas, para a classificação dos programas nas tipologias, optou-se por dar ênfase ao objectivo principal de cada iniciativa, tornando o exercício factível (ver Quadro 4 no Anexo).<sup>17</sup>

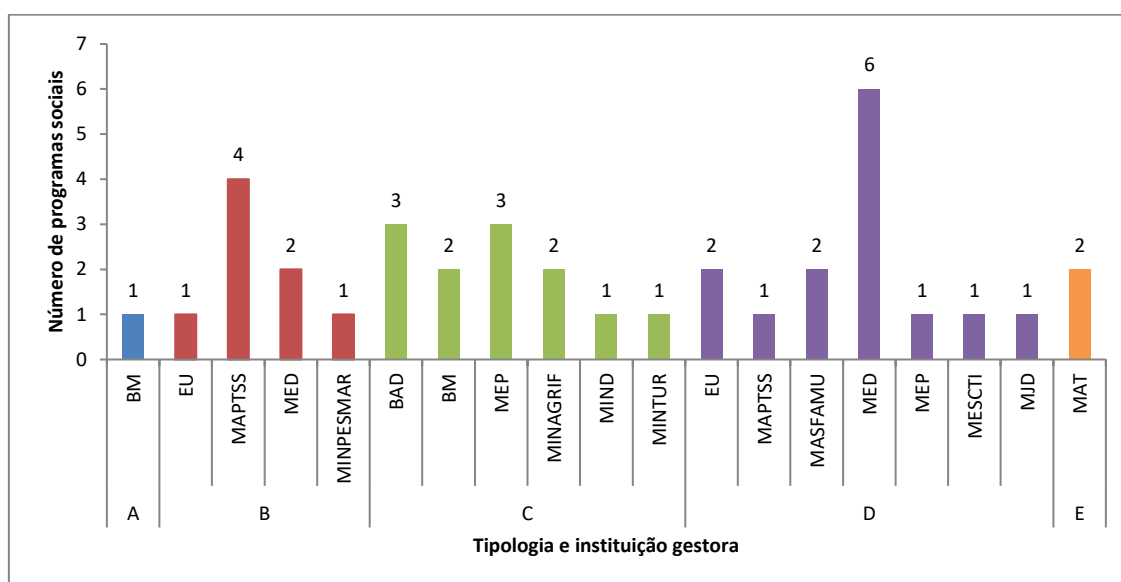
**Gráfico 2.** Número de programas sociais segundo categorias da tipologia



<sup>17</sup> Para o exercício de sistematização dos programas sociais na tipologia de classificação, inicialmente classificou-se cada objectivo específico. Num segundo momento, avaliou-se o objectivo principal e, a partir dele, classificou-se o programa. Para consultar a classificação dos objectivos específicos e principais dos programas, ver colunas Tipologia (objectivos específicos) e Tipologia principal (combate à fome) no Quadro 4 do Anexo.

A maioria das instituições inscritas na categoria D está concentrada no MED, com seis programas sociais, seguidos pelo MASFAMU e UE, com dois programas inscritos em cada instituição e. Os demais programas estão distribuídos em quatro Ministérios (MAPTSS, MEP, MESCTI e MJD). A maioria das instituições inscritas na categoria C está concentrada no MEP e no BAD, com três programas cada um. O Ministério da Agricultura e o Banco Mundial registaram dois programas sociais cada. Outros dois ministérios registaram um programa social cada: MIND e MINTUR. A maioria das instituições inscritas na categoria B está concentrada no MAPTSS, com quatro programas, seguidos pelo MEP, com dois programas, e o MINPESMAR, e UE, com um programa cada. Os dois programas classificados na categoria E estão inscritos no MATRE. Por fim, o programa classificado na categoria A está inscrito no BM (Gráfico 3).

**Gráfico 3.** Número de programas sociais segundo tipologia e instituição executora



Nota: Os quatro programas sociais classificados na categoria B, inscritos no MAPTSS são: 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional; 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações; 2.5.2: Promoção da empregabilidade; Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE).

Os três programas sociais classificados na categoria C, inscritos no MEP são: 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade; 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI); 2.5.1: Reconversão da economia informal.

Os três programas sociais classificados na categoria C, inscritos no BAD são: Linha de Crédito para o Banco BPC; Projecto de Apoio ao Sector de Pesca; Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda.

Os seis programas sociais classificados na categoria D, inscritos no MED são: 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar; 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário; 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral; 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional; 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos; 1.2.8: Acção social, saúde e desporto escolar.

Os dois programas sociais classificados na categoria E, inscritos no MATRE são: 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais; Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM).

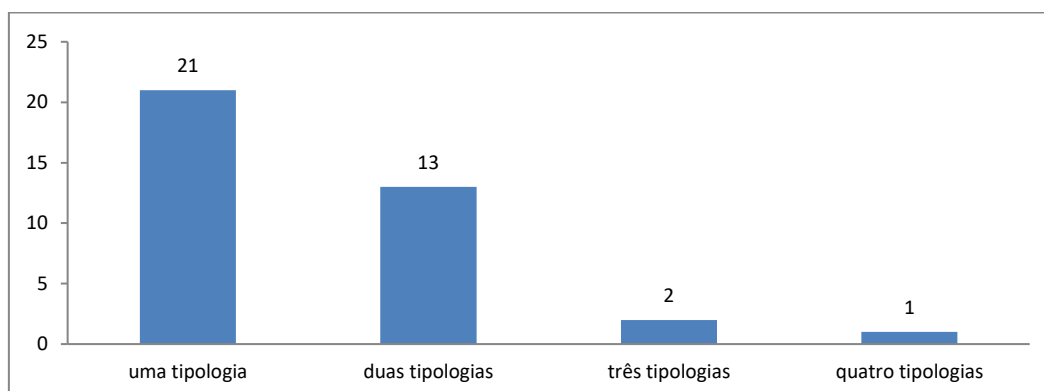
Portanto, considerando as distintas instituições à frente dos programas sociais, observa-se concentração de instituições com as características bem demarcadas segundo categoria da tipologia:

- Categoria B encontram-se programas sociais geridos pelo MAPTSS;
- Categoria C encontram-se programas sociais geridos pelo MED;
- Categoria D encontram-se programas sociais geridos pelo MEP e pelo BAD;
- Categoria E encontram-se programas sociais geridos pelo MATRE;

Além da caracterização dos programas sociais por meio do objectivo principal (tipologia de análise), faz-se possível identificar objectivos secundários, também identificados por meio das categorias da tipologia (ver Quadro 4 no Anexo).

Considerando documentação sobre objectivos e metas de cada programa, observa-se que a maioria dos programas sociais possui apenas um objectivo de suas acções (21 programas), seguido por programas com dois objectivos (13 programas), com três objectivos (2 programas) e com quatro objectivos (1 programa). Com base nas informações coletadas, pode-se dizer que a maioria dos programas – pouco mais da metade – está orientada a acções voltadas a apenas uma dimensão da tipologia de análise (Gráfico 4).

**Gráfico 4:** Número de programas sociais segundo amplitude de seus objectivos de acordo com tipologias de classificação



Nota: os dois programas que possuem objectivos específicos em 3 categorias da tipologia são o Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE) do MAPTSS e o Apoio à Protecção Social em Angola (APROSOC) da UE. O único programa social que possui objectivos específicos em 4 categorias da tipologia é o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) do MASFAMU.

Outras duas informações relevantes para caracterizar a tipologia de classificação dos programas sociais. A primeira é a execução financeira do programa, informação básica que diz sobre a implementação das acções; a segunda é a área de abrangência das acções dos programas sociais



(rural e/ou urbana), indicando a amplitude territorial dos objectivos estabelecidos e aliados ao combate à pobreza.

Informação relevante para a análise é a escassez de recursos para a execução dos programas sociais sob a gestão dos Ministérios e Instituições de fomento. Foram diversas reuniões em que a pauta foi colocada com apreensão pelas áreas técnicas. Essa informação retrata, em parte, o contingenciamento de recursos nacionais (pelo OGE) devido à dificuldade no ritmo de crescimento económico de Angola<sup>18</sup> e, em outra parte, a dificuldade na execução dos recursos devido a uma série de entraves burocráticos que tornam morosa a operacionalização dos programas sociais.

Portanto, para entender os problemas em torno dos recursos despendidos pelos programas sociais, faz-se necessário considerar a existência de contingenciamento dos recursos provenientes principalmente dos Ministérios por meio do OGE e as dificuldades práticas de seguir os protocolos necessários para a execução financeira dos recursos já disponibilizados pelas Instituições Internacionais de fomento aos programas sociais.

De acordo com informações obtidas pelo MEP, pouco mais da metade dos programas geridos pelos Ministérios (52%) apresentou execução financeira acima dos 70% para o OGE 2019. E apenas um terço dos programas apresentou execução financeira abaixo de 50% (Gráfico 5).<sup>19</sup> Assim sendo, a execução financeira dos recursos disponibilizados pela OGE pode ser considerada satisfatória para a maioria dos programas analisados.<sup>20</sup> Por exemplo, a execução da despesa orçamentada no OGE 2019 do PIDLCP foi 29%.<sup>21</sup>

Por outro lado, sabe-se que a crise económica, desencadeada principalmente pela desvalorização do preço do petróleo e seus derivados, atingiu fortemente a capacidade de investimentos de Angola.<sup>22</sup> Este cenário económico não foi favorável aos investimentos em programas sociais, mesmo aqueles que estejam pactuados com os vários departamentos ministeriais para a sua execução a partir de orçamento fixado pelo MEP, e o MINFIN. Por este motivo, segundo as distintas equipas técnicas gestoras, a restrição de recursos provenientes do OGE reduziu a capacidade financeira dos programas sociais, comprometendo o alcance dos

---

<sup>18</sup> Sobre a crise económica que Angola passa a partir de 2014, consultar as publicações: *Angola, Country Report*, The Economist Intelligence Unit, 2019; Relatório de Fundamentação Orçamento Geral do Estado 2020 – Diário da República, I Série, nº 164, de 27 de dezembro de 2019.

<sup>19</sup> Sabe-se que há programas sociais que apresentam dificuldades operacionais específicas e que, por esse motivo, apresentam baixa execução financeira. Mas casos como esse são exceções.

<sup>20</sup> Para este cálculo não foi contabilizada a execução financeira do P 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade, do Ministério da Economia de Planeamento – MEP.

<sup>21</sup> Fonte: Ministério das Finanças.

<sup>22</sup> E a projeções do PIB para os próximos anos seguem valores negativos, embora com indicação de melhora da dinâmica económica (Angola, Country Report, 2019).

objectivos estipulados na agenda do PDN 2018-2022. Portanto, entende-se que o quadro geral da execução financeira dos programas sociais geridos pelos Ministérios aponta elevado grau de execução dos seus recursos, embora estes tenham sido contingenciados pelo cenário de restrição financeira.

A dificuldade do processo burocrático para execução financeira dos recursos disponibilizados pelas Instituições Internacionais (BAD, BM e UE) é um problema recorrente na discussão com os técnicos encarregados pela implementação dos programas sociais cujo escopo estão relacionados ao combate à pobreza em Angola. Dois exemplos desta dificuldade podem ser exemplificados como na morosidade de órgãos internacional de gestão dos programas e nos complexos processos de tradução juramentada de contratos para execução dos programas.

Em programa social gerido pela UE<sup>23</sup>, relatou-se em reunião com área técnica os sucessivos atrasos causados pelo Instituto Camões, afetando diretamente o cronograma das ações programadas para 2018 e 2019. E ainda não se sabe como a UE irá desatar os problemas burocráticos junto ao Camões Instituto de Cooperação e da Língua para seguir com a execução financeira e o desenvolvimento das ações programadas. Outro exemplo é o programa social gerido pelo BAD<sup>24</sup>, observou-se que houve atrasos consideráveis no início da execução financeira devido à morosidade do processo de tradução juramentada de documentos contratuais entre as duas partes interessadas (Governo de Angola e BAD).

Apenas este processo desencadeou atraso de mais de um ano para o projeto ser assinado pelos interessados. Outro ponto assinalado foi a dificuldade de levar o projeto adiante devido a complicações institucionais para obtenção do visto de entrada em Angola por parte de consultores internacional contratados por Instituições Internacionais de fomento.

De acordo com informações obtidas em reuniões com as diversas áreas técnicas das Instituições Internacionais, do total de nove programas sociais analisados, três estão em execução. Destes, dois programas apresentam execução parcial acima de 30% do estipulado no orçamento. O terceiro programa analisado apresenta execução financeira em 3% (Gráfico 5).

Considerando os programas sócios analisados: (i) Observa-se que os programas geridos pelos Ministérios apresentam execução financeira satisfatória, embora o montante de recursos disponibilizados pelo OGE tenha sido reduzido pelo cenário de recessão econômica; (ii) Já os

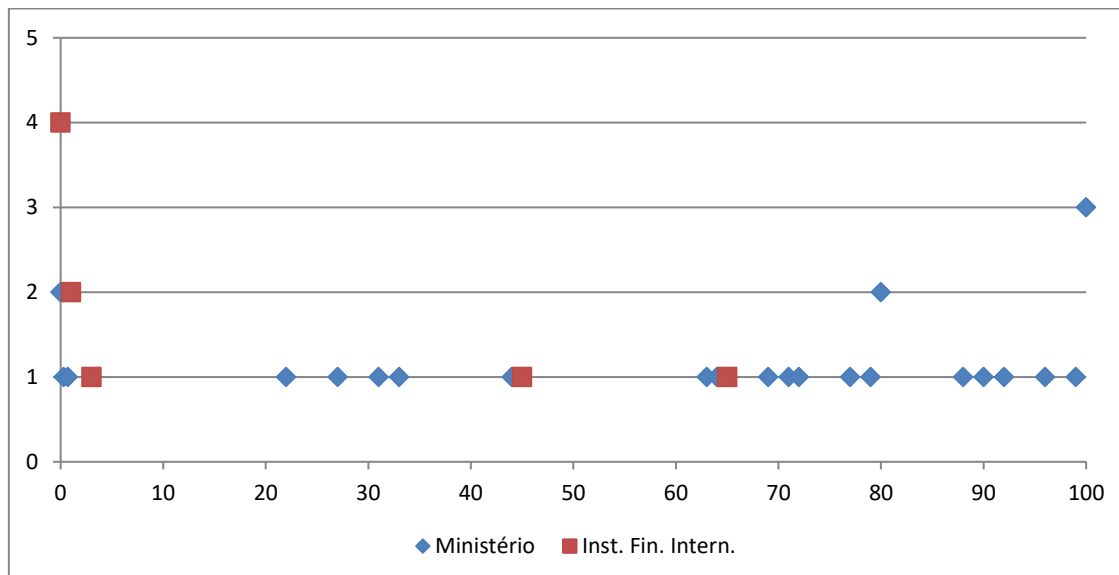
---

<sup>23</sup> Faz-se referência ao Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional (*FRESAN*), cuja UE disponibilizou valor de €65 milhões para desenvolver o setor em três províncias de Angola.

<sup>24</sup> Faz-se referência ao *Projecto de Apoio ao Sector de Pesca*, cujo BAD disponibilizou valor de USD 25,5 milhões para desenvolver o setor em Angola.

programas geridos pelas Instituições Internacionais apresentaram dificuldades burocráticas na execução financeira dos acordos bilaterais.

**Gráfico 5.** Número de programas sociais segundo execução financeira por tipo de instituição gestora



Outro ponto relevante referente à execução financeira dos programas sociais é a *sustentabilidade*. Ou seja, a segurança institucional de que os programas terão continuidade em suas ações mesmo que a execução financeira seja baixa ou mesmo nula no ano de 2020. Com base nas informações acima descritas, o cenário é incerto para poder afirmar algo em torno da reprogramação dos orçamentos e da possibilidade da execução financeira para o período de 2020 e anos consecutivos.

Esta observação é válida, sobretudo, para os programas sociais financiados pelo Estado. Reuniões técnicas com as áreas responsáveis pelos programas sociais, junto com equipas técnicas do MINFIN<sup>25</sup> e do MEP<sup>26</sup>, devem ser realizadas para verificar a possibilidade real de execução financeira dos recursos disponíveis e ainda não utilizados e outros que porventura estarão disponíveis para execução. Tal recomendação é igualmente válida para os programas sociais geridos pelos Ministérios e Instituições Internacionais. Outro ponto é a execução financeira dos programas ainda não iniciados. Reuniões específicas são necessárias para avaliar quais medidas são cabíveis para começarem as ações em torno dos objectivos.

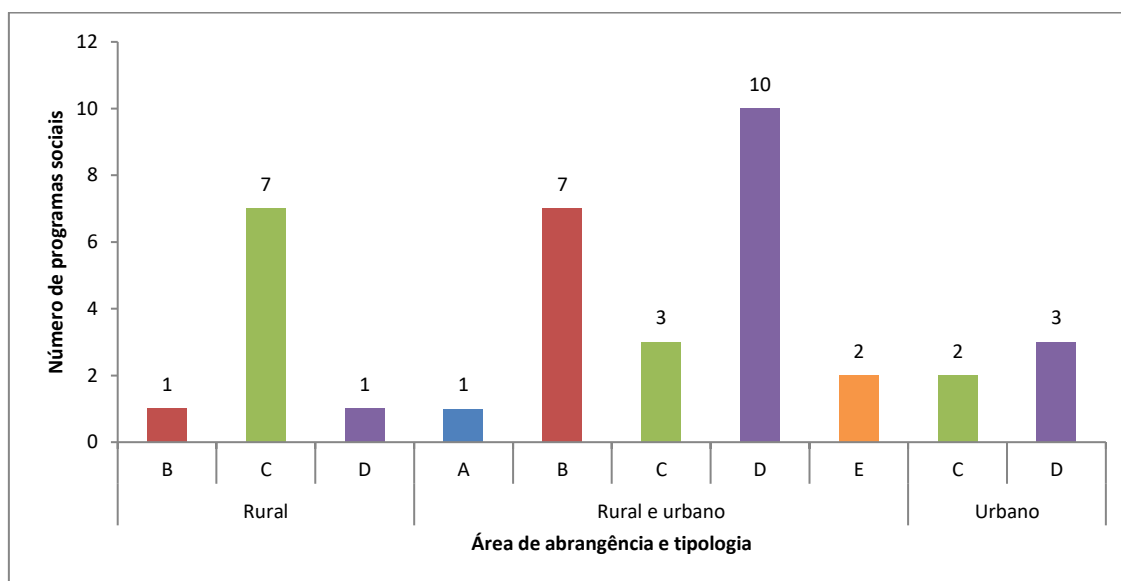
<sup>25</sup> Particularmente, equipas da Direcção Nacional do Orçamento do Estado e Direcção Nacional de Investimento Público ligado ao MINFIN.

<sup>26</sup> Particularmente, equipa técnica da Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos com Financiamento Externo (UTAP) ligado ao MEP.

Com o objectivo de completar a descrição geral dos programas sociais mapeados, apresenta-se a área de abrangência dos programas sociais segundo classificação tipológica. São vinte e dois programas com cobertura rural e urbana de suas acções, nove programas de cobertura rural e cinco programas com cobertura urbana. Os programas com cobertura rural e urbana compreendem todas as categorias da tipologia, com destaque para a categoria B (sete programas<sup>27</sup>) e a categoria D (nove<sup>28</sup>). Ou seja, os objectivos com dupla abrangência incluem acções com foco no mercado de trabalho e aumento da oferta de serviços sociais a população.

Os programas com cobertura apenas rural compreendem três categorias da tipologia, com destaque majoritário para categoria C (sete<sup>29</sup>). Já os programas com cobertura apenas urbana compreendem duas categorias da tipologia, com destaque para ampliação de infraestrutura e bens e de serviços sociais (categorias C e D<sup>30</sup>). Do lado rural, o foco está na infraestrutura e oferta de bens; do lado urbano, nas acções de infraestrutura e oferta de bens e dos serviços sociais (Gráfico 6).

**Gráfico 6.** Número de programas sociais segundo área de abrangência



A seção teve por objectivo apresentar a tipologia de classificação dos programas sociais a fim de sistematizar os objectivos de cada um, permitindo análise agregadas das demais informações que permitam descrever o conjunto. Inicialmente apresentou-se a distribuição dos programas

<sup>27</sup> Estão com execução financeira seis dos sete programas sociais.

<sup>28</sup> Estão com execução financeira oito dos nove programas sociais.

<sup>29</sup> Estão com execução financeira quatro dos sete programas sociais.

<sup>30</sup> Está com execução financeira da categoria C um dos dois programas sociais; e estão com execução financeira da categoria D dois dos três programas sociais.

sociais segundo instituições gestoras, considerando cada programa, seus objectivos específicos, sua execução financeira e a amplitude territorial de suas acções. Com base nos objectivos específicos, todos os programas sociais foram classificados em cinco categorias da tipologia. Destaque especial foi para a representatividade dos objectivos que envolvem a ampliação da infraestrutura, oferta de bens e de serviços sociais à população, encabeçada especialmente pelos programas geridos pelo MED.

Outros dois pontos analisados foram à *existência de execução financeira do programa*, atestando que as acções programadas e aliadas ao combate à pobreza estão em curso, e a *abrangência das acções dos programas sociais (rural e/ou urbana)*, indicando a amplitude territorial dos objectivos estabelecidos e aliados ao combate à pobreza. Observou-se baixa execução financeira dos programas sociais, como também a falta de clareza na sustentabilidade de financiamento dos programas nos anos seguintes. De um lado, pelo contingenciamento de recursos orçados principalmente pelo OGE aos Ministérios; de outro, os entraves burocráticos para implementação dos programas pelas Instituições Financeiras Internacionais. Já as abrangências das acções dos programas foram maioritariamente rurais e urbanas, indicando que a maior parte das acções buscam contemplar as populações residentes nas duas áreas, favorecendo o combate à pobreza em Angola.

### 3. Público-alvo e mecanismos de monitoramento dos programas sociais

A terceira secção dedica-se a listar o público-alvo dos programas sociais e os sistemas de informação utilizados para o monitoramento de suas acções. O público-alvo dos programas sociais é uma característica relevante para compreender as políticas públicas têm efeitos nas acções de combate à pobreza. Um conjunto de acções orientadas à promoção social de famílias é diferente da ampliação de investimentos aos empresários de determinado sector da economia. Mas ambas as acções combatem a pobreza – seja direta ou indiretamente. E este público-alvo está altamente associado aos objectivos dos programas sociais, tema analisado na secção anterior.<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> Outra característica relevante para análise do público-alvo é o processo de selecção para ingresso nos programas sociais. Com base nas informações colhidas em reunião e nos questionários preenchidos pelas áreas técnicas, há pouca clareza de como é executado tal processo. De um lado, há processos de selecção subjetivos (como de famílias eleitas para ingressar no programa social a partir da avaliação estrita de líderes da comunidade) outras são mais objectivas (empresas demandando crédito para promover a produção na agricultura e pecuária). Mas todas faltam elementos claros para análise para esta peça técnica. Faz-se necessário visitar técnicos das áreas para aprofundar o tema.

Já os sistemas de informação são fonte fundamental para o monitoramento das acções executadas pelos programas, permitindo aprimorar e/ou reorientar os objectivos previamente estabelecidos. Há distintas formas de monitoramento que são analisadas separadamente – seja por meio de sistemas desenhados e operados especificamente para este fim, seja por planilhas simples de acompanhamento das acções executadas pelos gestores. Analisar os sistemas dirá sobre como os programas sociais são monitorados e, logicamente, permitir a sua avaliação à luz de diversos indicadores.

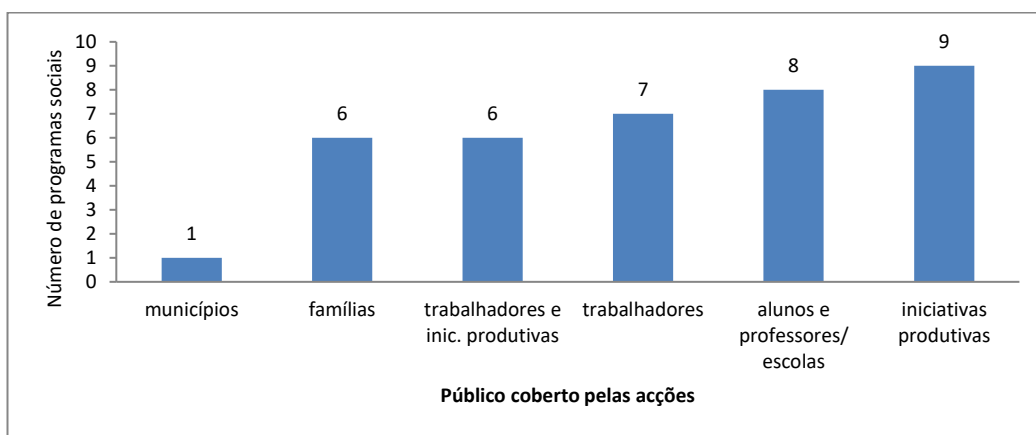
Os programas sociais mapeados têm como público-alvo de suas acções orientadas às iniciativas produtivas (nove), seguidos por “alunos, professores ou escolas” (oito), trabalhadores (sete), famílias (seis), voltado para trabalhadores e iniciativas produtivas (seis) e municípios especificamente (um). Observa-se que as iniciativas produtivas estão na maior parte das iniciativas produtivas (41% dos programas), seguidos pelos trabalhadores (35%, excepto a categoria de professores). Programas dedicados ao público-alvo relacionado à educação (alunos, professores e escolas) também apresenta participação considerável (22%). Programas dedicados às famílias também apresenta percentual considerável (16%).

Acções específicas aos municípios são praticamente residuais do ponto de vista da distribuição relativa dos programas sociais. Mas o programa é de enorme importância para o combate à pobreza, embora ainda não esteja activo<sup>32</sup> (Gráfico 7). E esta distribuição reflete os objectivos dos programas sociais, com públicos específicos para as acções. Destaque para os programas relacionados às iniciativas produtivas, classificados maioritariamente na categoria C; os programas relacionados os alunos, professores/ escolas e às famílias estão maioritariamente classificados na categoria D. A concentração do público-alvo em algumas categorias da tipologia de programas sociais reforça a associação entre os objectivos dos programas e o seu público específico (Gráfico 8). Portanto, os públicos-alvo refletem diretamente a natureza dos objectivos e acções estabelecidas nos programas sociais.

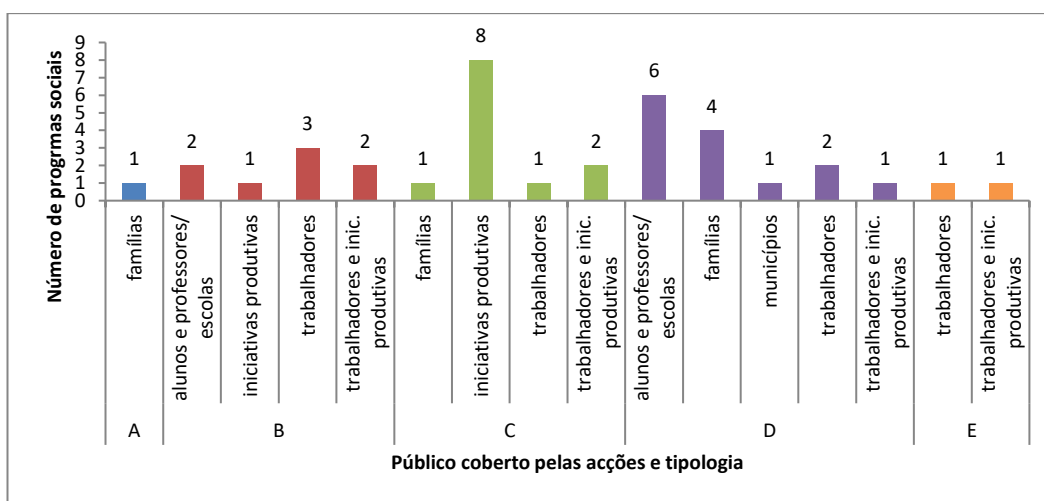
---

<sup>32</sup> Programa de Apoio ao Crédito (PAC), programa sem execução financeira e não activo, que tem como objectivo fornecer crédito aos municípios para a execução dos projectos seleccionados no âmbito do Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM). Este, por sua vez, tem como público-alvo microempresas e cooperativas familiares.

**Gráfico 7.** Número de programas sociais segundo público coberto pelas ações



**Gráfico 8.** Número de programas sociais segundo público coberto pelas ações por tipologia de programas



Outro ponto relevante para a operacionalização dos programas sociais é a existência de informação que permita o monitoramento e avaliação das ações ao longo do tempo. Esse recurso é fundamental para gerir os programas, permitindo acompanhar e reorientando as ações a fim de obter os melhores resultados. Do total de trinta e sete programas analisados, vinte e seis apresentam exclusivamente o processamento de informações de monitoramento por vias próprias.

O processamento de informações para o monitoramento das ações identificadas é muito variado - desde sistemas informativos de acompanhamento das ações realizadas junto ao público-alvo<sup>33</sup> às planilhas manuais preenchidas pelos gestores para o acompanhamento das

<sup>33</sup> São exemplos o Sistema de Informação e Gestão de Oferta Formativa (SIGOF) do Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ), do Ministério da Educação (MED) e o Sistema Integrado de Investimento Público (SIPIP) e Sistema

acções<sup>34</sup>. Por meio da leitura das informações colhidas em reunião e disponíveis nos questionários preenchidos pelas áreas técnicas, observa-se que a maioria dos programas sociais (praticamente dois terços de todos os programas) está sendo monitorada por meio de planilhas atualizadas periodicamente, sem que haja algum sistema eletrônico que possa auxiliar neste processo.

Outra forma de monitoramento é realizada por meio das informações disponibilizadas pelo INE, o qual contribui diretamente para o monitoramento dos programas. Quatro programas utilizam exclusivamente o INE para o monitoramento de suas ações. E há programas que utilizam sistema de monitoramento próprio e contam com o auxílio do INE para tanto (outros quatro programas).

O Sistema de Informação, Gestão e Análise (SIGAS) é utilizado por poucos programas, sendo o sistema uma ferramenta ainda incipiente para o monitoramento das ações (Gráfico 9)<sup>35</sup>. Portanto, observa-se que há baixa utilização de sistemas de informação que permita mais efetivo monitoramento das ações dos programas sociais. Mas isto não indica necessariamente que não haja avaliação eficiente das ações, embora todo processo seja provavelmente mais lento e suscetível a erros (consistência e análise dos indicadores de avaliação<sup>36</sup>).

---

Integrado de gestão Financeira do Estado (SIGFE) ligados ao Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MATRE).

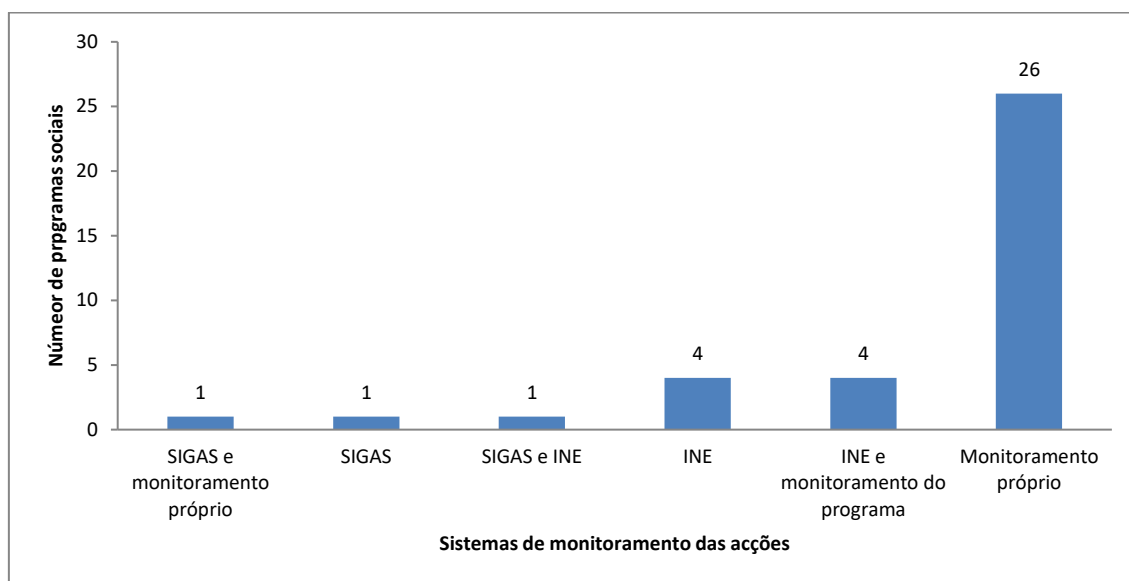
<sup>34</sup> A maioria dos programas sociais monitora suas ações por meio de planilhas que são atualizadas periodicamente, sem a presença de sistema de informação que auxiliem nesta tarefa. Este fato contribuir para eventuais equívocos na avaliação dos resultados, uma vez que processo pode conter falhas pontuais ou mesmo sistêmicas.

<sup>35</sup> O Gráfico 9 traz informações da distribuição dos programas sociais segundo tipologias dos programas. Observa-se que não há padrão claro na distribuição da forma como o monitoramento é realizado de acordo com o objectivo dos programas analisados.

<sup>36</sup> Cada programa social contém uma série de indicadores em seu processo de avaliação das acções executadas. Geralmente são utilizados indicadores de cobertura da população indicada para o programa, indicadores de resultado para cada objectivo e meta estabelecida, indicadores de qualidade, entre outros. Com base nas informações disponíveis em reunião com área técnica e questionários, não há informação suficiente para analisar do conjunto dos programas sociais mapeados. Há programas que informaram com precisão quais indicadores são utilizados para monitoramento e avaliação dos objectivos. Mas a maioria deixou tais informações em segundo plano, dando ênfase aos processos de execução dos objectivos (principalmente nos questionários preenchidos pelas áreas técnicas).



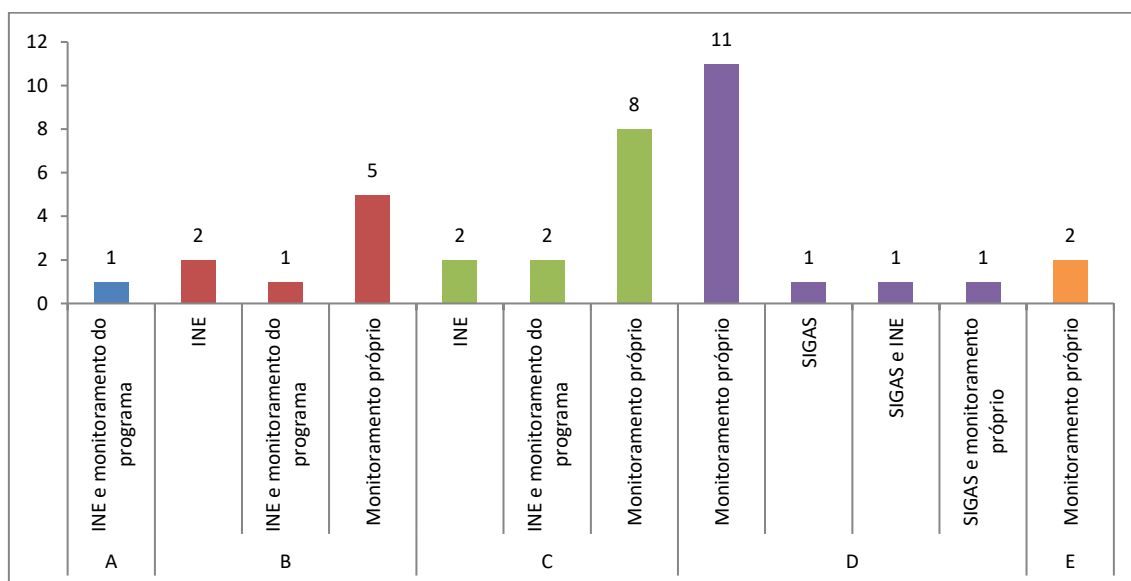
**Gráfico 9.** Número de programas sociais segundo sistema de monitoramento das ações



A secção tratou de analisar dois aspectos relevantes para a definição dos programas sociais: público-alvo e sistemas de informação. O público-alvo mais frequente dos programas sociais foram iniciativas produtivas, seguido por “alunos, professores ou escolas”, famílias, trabalhadores, programa voltado para trabalhadores e iniciativas produtivas e programas voltados para municípios especificamente. E esta distribuição reflete os objectivos dos programas sociais, com públicos específicos para as acções.

Destaque para os programas relacionados às iniciativas produtivas, classificados maioritariamente na categoria C e os programas relacionados às famílias estão maioritariamente classificados na categoria D. A concentração do público-alvo em algumas categorias da tipologia de programas sociais reforça a associação entre os objectivos dos programas e o seu público específico. E em relação aos sistemas de informação, observa-se que a maioria dos programas sociais (pouco mais de dois terços de todos os programas) está sendo monitorada por meio de planilhas atualizadas periodicamente, sem que haja algum sistema eletrônico que possa auxiliar neste processo. Em outras palavras, há baixa utilização de sistemas de informação que permita mais efetivo monitoramento das acções dos programas sociais (Gráfico 10).

**Gráfico 10.** Número de programas sociais segundo sistema de monitoramento das acções por tipologia de programas



#### 4. Intersetorialidade dos programas sociais

Busca-se identificar, a partir do exame das convergências ou sobreposições dos programas sociais, aspectos que apontem intersectorialidade entre eles, por meio da cobertura territorial e conjugação tipológica de seus objectivos. Característica fundamental para potencializar os resultados dos programas sociais cujo propósito (direto ou indireto) é o combate à pobreza, a intersectorialidade pode estar presente de duas formas básicas. A primeira é a convergência dos programas sociais no território. É facto que quanto maior o espraiamento territorial, maior o público coberto pelas políticas públicas. E esta análise é realizada por meio de duas variáveis territoriais: número de províncias de cobertura dos programas e a área abrangência dos programas (rural e/ou urbana).

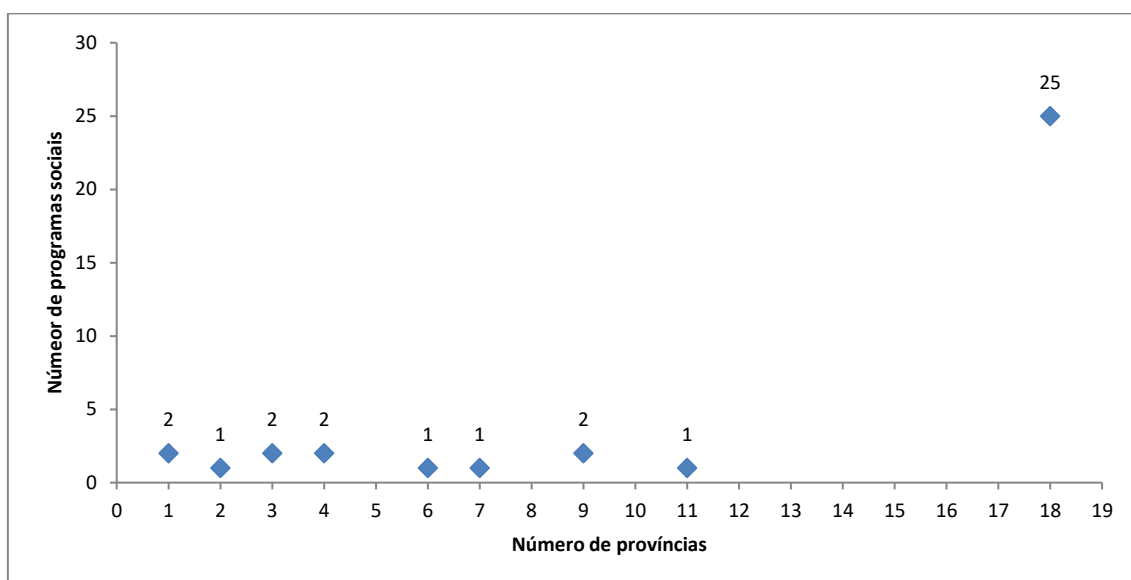
Quanto maior o número de províncias cobertas pelos programas, maior a capacidade do Estado de levar as iniciativas de combate à pobreza à população; e quanto maior número de províncias com cobertura rural e urbana, maior a capacidade do Estado em lidar com as distintas formas de pobreza, intimamente ligadas às formas de produção. E a segunda é a sobreposição de objectivos gerais, de forma a interferir na dinâmica da pobreza a partir de várias frentes. Pois, como se sabe, a pobreza é um fenómeno socioeconómico multidimensional que deve ser encarada pelos seus diversos factores causadores.

Para tanto, a sobreposição será sistematizada na análise a partir dos programas sociais presentes no território que estejam classificadas em dois ou mais categorias da tipologia. Abaixo segue análises de convergência e sobreposição dos programas sociais a fim de avaliar a sua intersectorialidade.

#### 4.1 Convergência

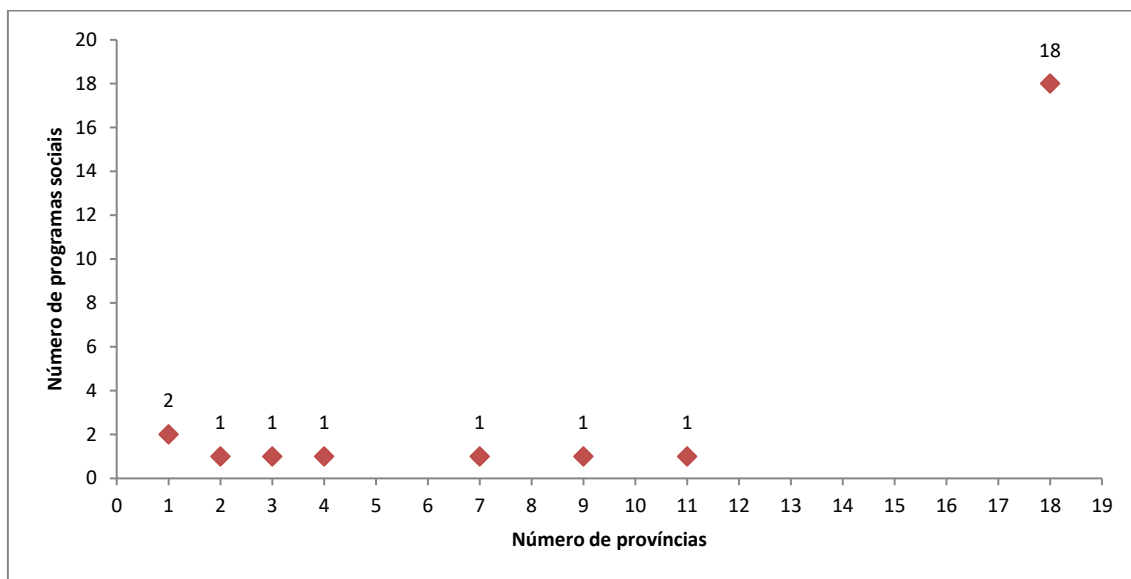
Dos trinta e sete programas sociais analisados, vinte e cinco apresentam acções ligadas ao combate à pobreza que cobrem todas as províncias de Angola (dois terços dos programas). Outros cinco programas cobrem seis a onze províncias. Os demais programas analisados (sete) estão ligados a apenas um objectivo a ser desenvolvidas no território. Estas cifras demonstram que a maioria dos programas analisados tem a característica de cobrir o território nacional, favorecendo a convergência das acções em todo do país (Gráfico 11).

**Gráfico 11.** Soma de programas sociais segundo o número de províncias



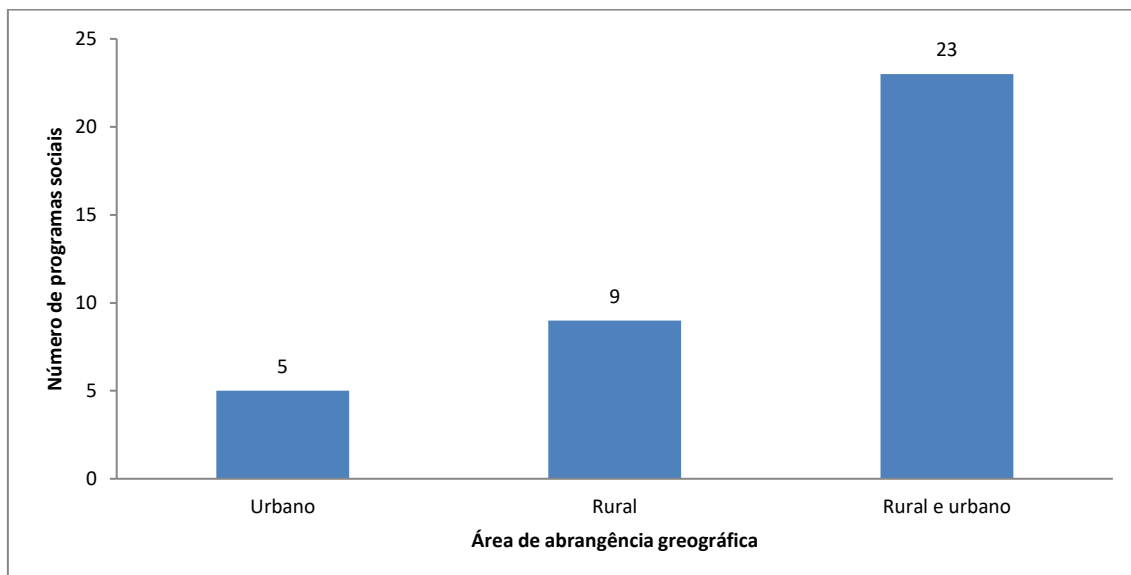
Dos vinte e seis programas sociais com execução financeira confirmada, dezoito estão em todas as províncias (dois terços dos programas). E três outros programas estão presentes de sete a onze províncias. Como apontado anteriormente, esta distribuição indica forte convergências das acções do Estado ligadas directa ou indirectamente com o combate à pobreza no país (Gráfico 12).

**Gráfico 12.** Soma de programas sociais com execução financeira segundo o número de províncias



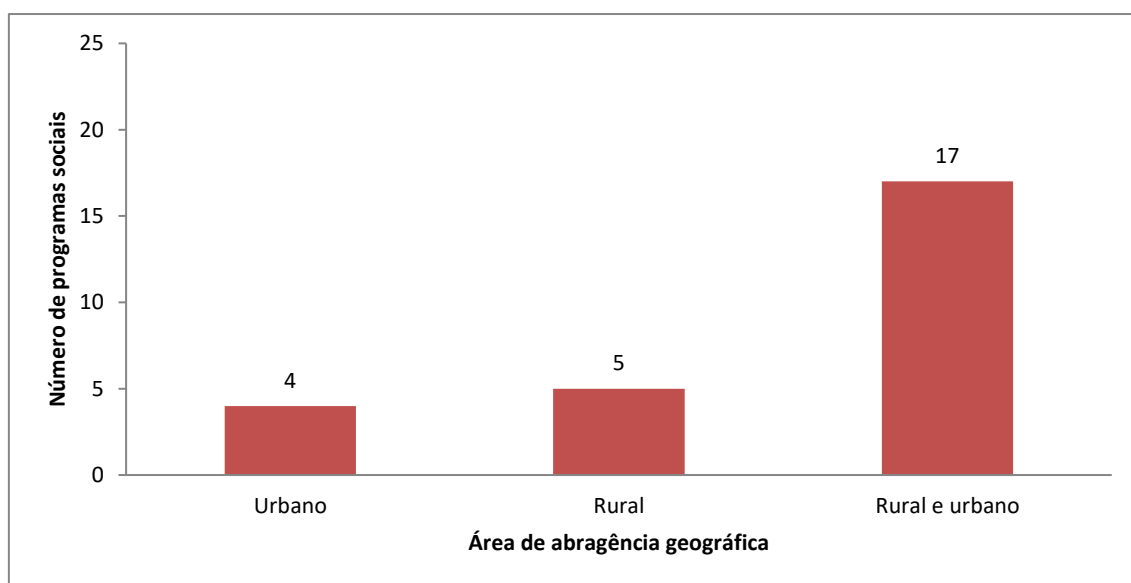
Considerando todos os programas sociais segundo a área de abrangência, 60% apresentam cobertura de suas ações nas áreas rural e urbana, nove programas apresentam cobertura exclusivamente em área rural e cinco programas em área urbana. Esta distribuição indica a capilaridades dos programas sociais em todas as áreas, contribuindo com a redução da pobreza em âmbito rural e urbano simultaneamente – também uma forma de convergências das iniciativas do Estado (Gráfico 13).

**Gráfico 13.** Soma de programas sociais segundo área de abrangência geográfica



Considerando os 26 programas que possuem execução financeira, 17 estão em áreas rural e urbana (praticamente dois terços dos programas). Cinco programas apresentam cobertura de suas ações em área rural e quatro apresentam cobertura urbana (Gráfico 14).

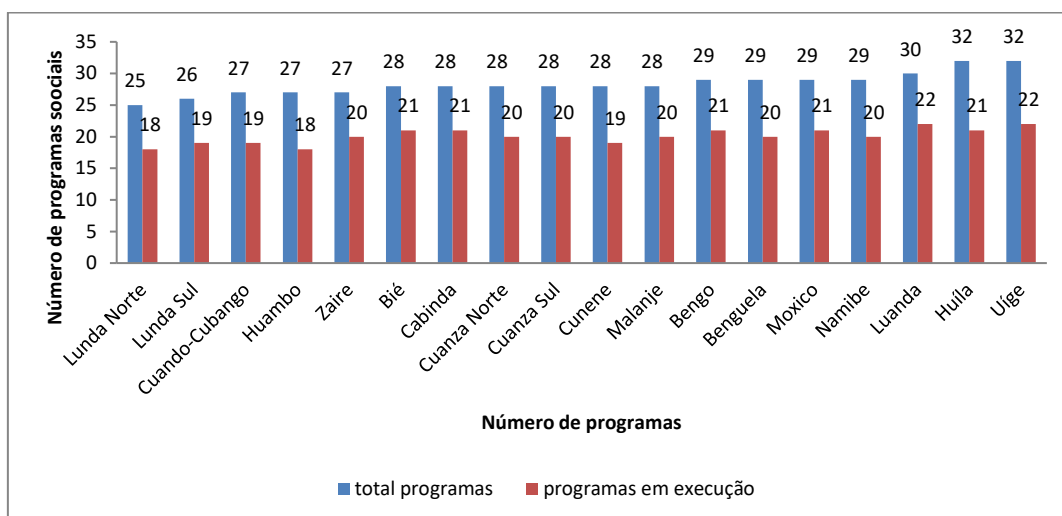
**Gráfico 14.** Soma de programas sociais com execução financeira segundo área de abrangência geográfica



Considerando todas as províncias de Angola, há média de vinte e oito programas sociais por província. Luanda Norte apresentou o menor número de programas sociais com ações orientadas à província (24 programas); já as províncias de Huíla e Uíge apresentam o maior número de programas sociais (32). Considerando os vinte e seis programas sociais em execução financeira, o número de programas por províncias manteve aproximadamente a mesma ordem de distribuição observada anteriormente (programas com e sem execução financeira).

Há média de vinte programas sociais em execução financeira por província (Gráfico 15). Esta informação indica a presença dos programas sociais de combate à pobreza no país. Mas estes programas estão inscritos em diferentes classificações da tipologia? Em outras palavras, os programas sociais vigentes estão operantes de forma intersetorial nas províncias? Para responder a esse questionamento, faz-se análise da tipologia dos programas sociais no território (províncias e áreas de abrangência).

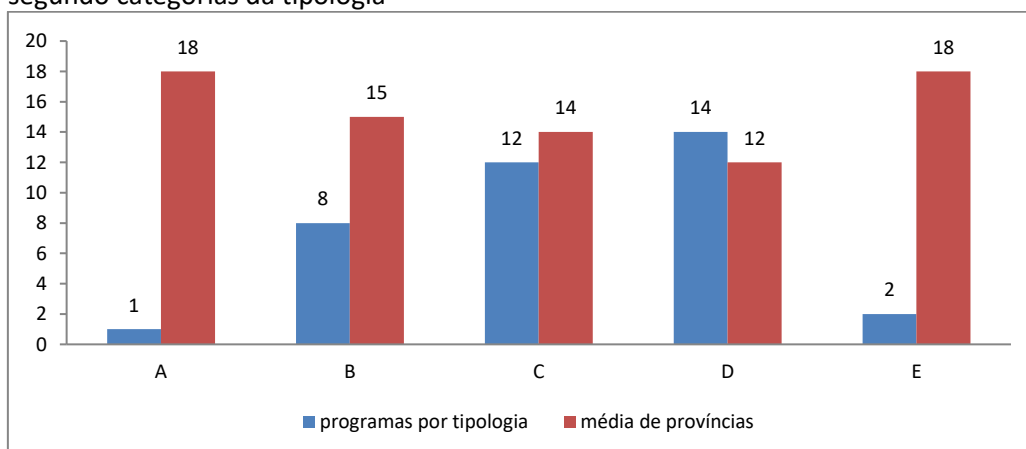
**Gráfico 15.** Soma de programas sociais (total e apenas em execução) segundo número de províncias



## 4.2 Sobreposição

Já considerando a tipologia de classificação dos programas sociais, observou-se no segundo capítulo deste texto que a maior concentração está na categoria D (14 programas), seguindo pelas categorias C (12), B (8), E (2) e A (1).<sup>37</sup> Já o número médio de províncias segundo categorias da tipologia é: A (18 programas), E (18 programas), B (15 programas), C (14 programas), D (12 programas). Ou seja, a média do número de programas por categorias da tipologia é inversamente proporcional à cobertura dos programas no território (média de províncias) (Gráfico 16).

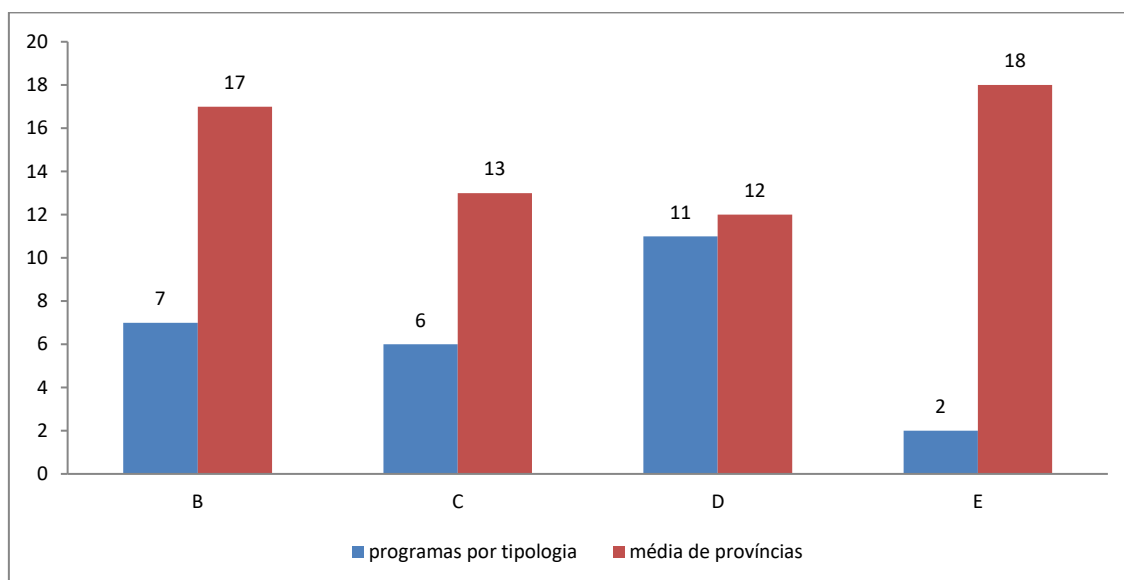
**Gráfico 16.** Número de programas segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia



<sup>37</sup> Informação presente no Gráfico 2, página 12.

Considerando apenas os programas sociais com execução financeira, também se observa relação inversamente proporcional entre o número de programas por tipologia e a cobertura dos programas no território. A única discrepância observada foi na categoria C, onde houve diminuição considerável no número de programas e relativa manutenção da cobertura. Em outras palavras, embora haja menor número de programas em execução classificados na categoria C, estes estão espalhados no território de forma semelhante aos programas sem execução financeira (Gráfico 17). Esses resultados indicam grande capacidade de intersectorialidade dos programas sociais no território, uma vez que programas de diferentes tipologias estão presentes na maior parte das províncias do país.<sup>38</sup>

**Gráfico 17.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia<sup>39</sup>

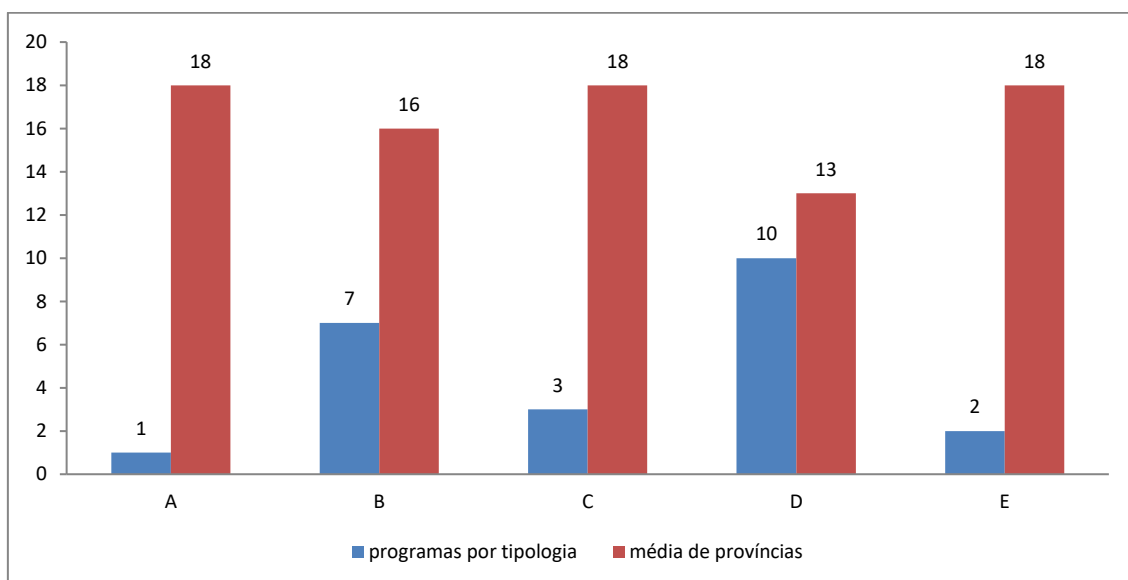


<sup>38</sup> Cabe apontar que se observou pouca coordenação entre as equipes gestores dos diferentes programas sociais – seja de mesma ou distinta classificação tipológica. Isto indica necessidade de maior aproximação destas equipes, com coordenação institucional e intersectorial, a fim de elevar o grau e sinergia das acções voltadas ao combate à pobreza. E esta observação é válida para programas sociais geridos pelos Ministérios e Instituições Internacionais. Há necessidade da sinergia de todas instituições.

<sup>39</sup> A categoria A. *Transferência monetária* não apresenta execução financeira e operacional. O piloto do projeto entrará em fase ativa em cinco a oito municípios no primeiro semestre em 2020.

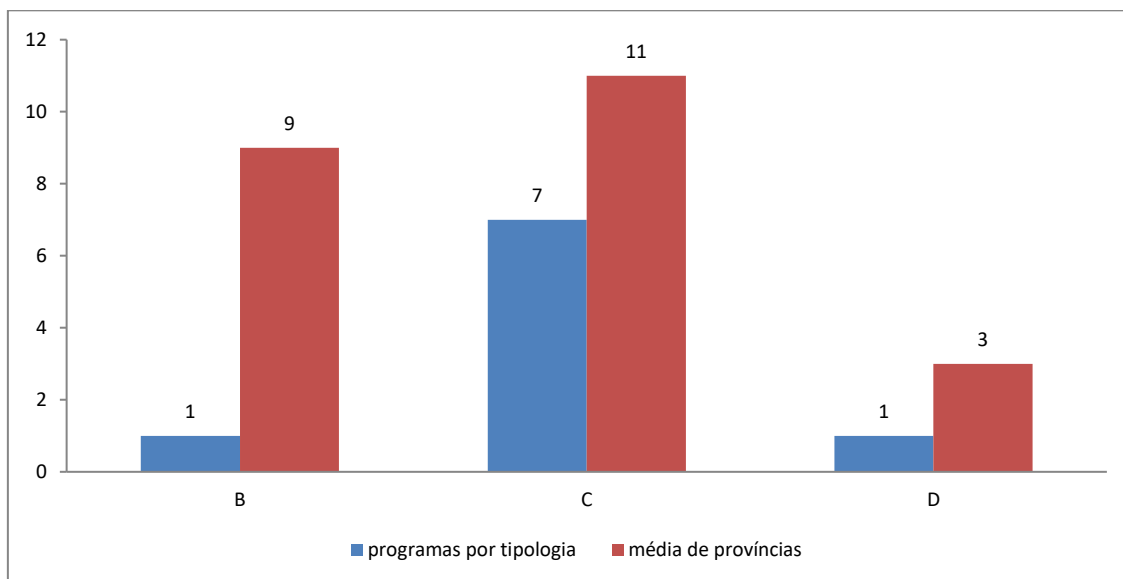
Considerando a área de abrangência geográfica, observou-se que vinte e três programas sociais atuam em área rural e urbana (60% dos programas). Destes, há média de quinze províncias cobertas por programa social. Destaque para os programas das categorias A, C e E – que apresentam, em média, com cobertura de dezoito províncias em seus programas sociais. Por outro lado, a categoria D apresenta menor cobertura média de seus programas sociais (treze províncias) (Gráfico 18). Para os programas com ações em área rural, observa-se média de dez províncias cobertas por seus programas. A maior cobertura é verificada nos programas da categoria C (onze províncias); já a menor cobertura está na categoria D apresenta menor cobertura média (três províncias) (Gráfico 19).

**Gráfico 18.** Número de programas sociais por categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural e urbana”



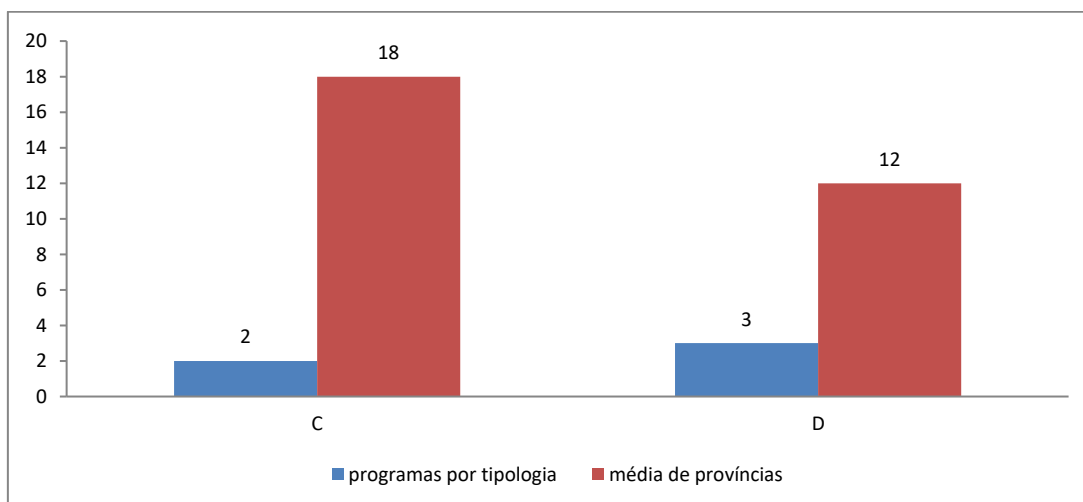


**Gráfico 19.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural”



Para os programas com ações em área urbana, observa-se média de quinze províncias cobertas por seus programas sociais. Foram identificados apenas programas classificados nas categorias C e D (onze províncias). As coberturas são de dezoito e doze províncias, respectivamente (Gráfico 20). Como foram observadas anteriormente, as distribuições indicam que há forte intersectorialidade das ações do Estado ligadas, direta ou indiretamente, com o combate à pobreza no país. Destaque para os programas sociais que actuam em área rural e urbana.

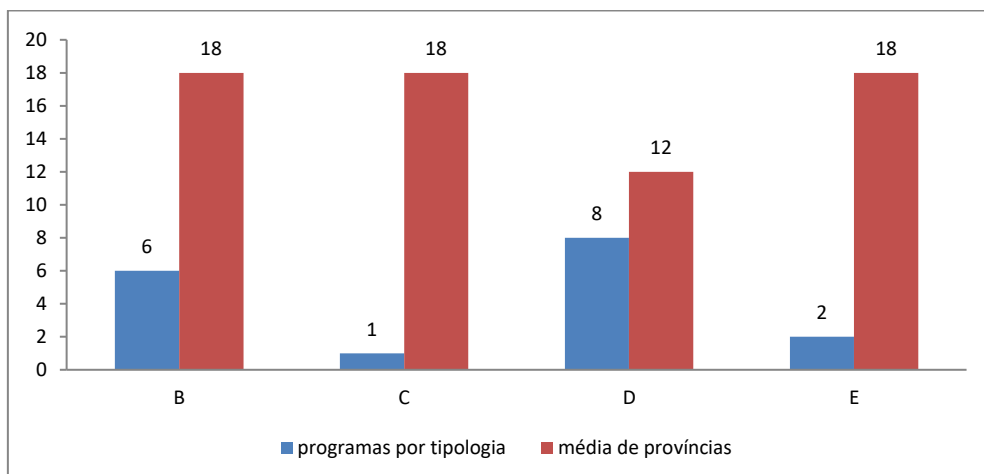
**Gráfico 20.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “urbana”



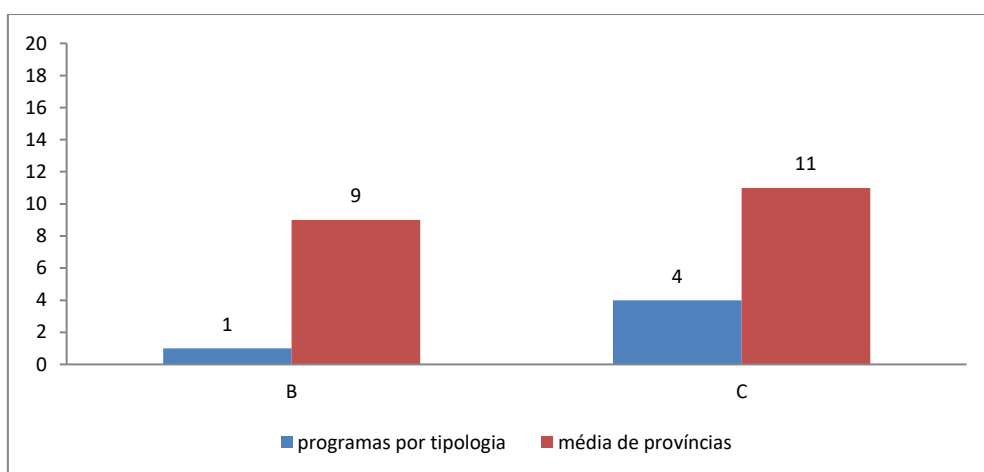
Dos 26 programas sociais com execução financeira confirmada, 17 estão em área rural e urbana (dois terços dos programas). Destes, destacam-se três categorias da tipologia com dezoito programas sociais em média (categorias B, C e E). E diferença está na categoria D, que apresenta menor média de programas sociais (doze programas). Considerando toda a tipologia, há média de quinze programas sociais com ações em área rural e urbana por categoria de classificação (Gráfico 21).

Analisando os programas sociais com ações em área rural, observam-se apenas as categorias B e C. Há média de nove e onze programas sociais, respectivamente (Gráfico 22). E analisando os programas sociais com ações em área urbana, observam-se apenas as categorias B e C. Há média de nove e onze programas sociais, respectivamente (Gráfico 23).

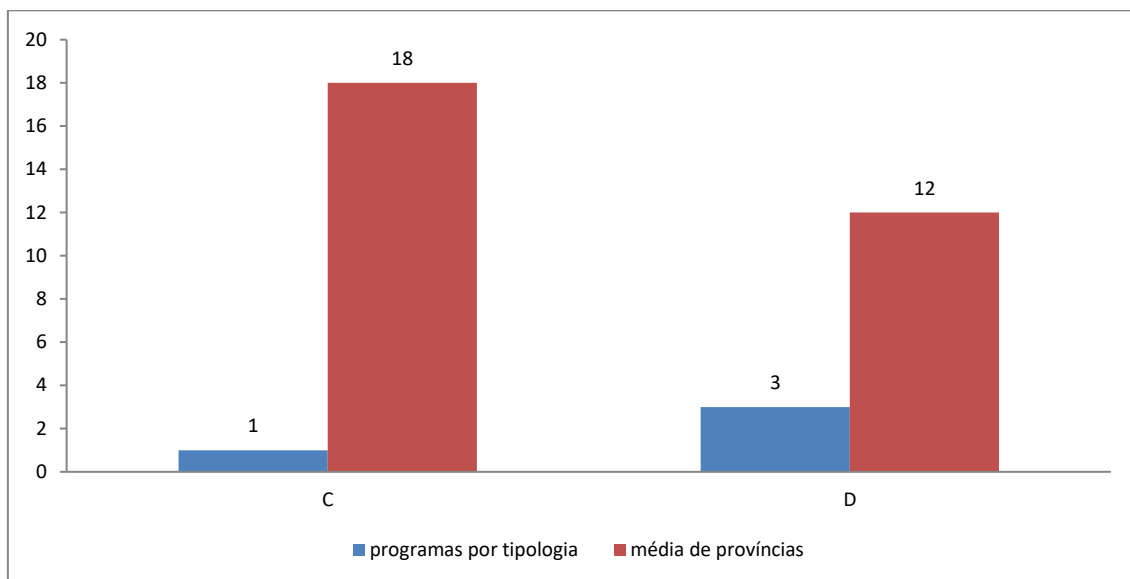
**Gráfico 21.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural e urbano”



**Gráfico 22.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “rural”



**Gráfico 23.** Número de programas em execução segundo categorias da tipologia e a média de províncias segundo categorias da tipologia. Área de abrangência “urbano”



#### 4.2 Intersetorialidade

Com base nos dados acima analisados, pode-se dizer que os programas sociais relacionados ao combate à pobreza em Angola apresentam características que apontam convergência territorial e sobreposição das ações. Em relação à convergência territorial, os resultados apontam o espraiamento dos programas sociais em todas as províncias do país e as ações orientadas para as áreas rural e urbana. O número médio de programas com execução financeira de suas ações pode ser considerado elevado e não apresenta diferença significativa em sua cifra segundo as distintas províncias. Como analisado, a média vai de 18 a 22 programas sociais com execução financeira por província.

Em relação à sobreposição no território, observou-se que a maioria dos programas sociais, de distintas classificações tipológicas, está presente na maioria das províncias do país. Portanto, do ponto de vista as características analisadas, os programas sociais em Angola apresentam fortes traços de intersectorialidade.

## 5. Resultados e recomendações

### 5.1. Principais resultados

Secção 2: Após apresentação dos programas sociais segundo instituições gestoras, apresentou-se a tipologia de classificação dos programas. Foi desenvolvida uma tipologia com cinco categorias: A (transferências monetárias), B (geração de trabalho e renda; inclusão produtiva); C (ampliação da infraestrutura e/ou de bens); D (ampliação dos serviços sociais) e E (reforço da capacidade institucional). Observou-se que 70% dos programas sociais estão relacionados ao combate à pobreza em Angola por meio da ampliação de infraestrutura, oferta de bens e de serviços (categorias C e D).

Já considerando as distintas instituições à frente dos programas sociais, observa-se concentração de instituições com as características bem demarcadas segundo categoria da tipologia: na categoria B encontram-se programas sociais geridos pelo MAPTSS; na categoria C encontram-se programas sociais geridos pelo MED; na categoria D encontram-se programas sociais geridos pelo MEP e pelo BAD; na categoria E encontram-se programas sociais geridos pelo MATRE.

Outras duas informações relevantes para caracterizar a tipologia de classificação dos programas sociais. A primeira é a *existência de execução financeira do programa*, informação básica que diz sobre a implementação dos programas; a segunda é a *área de abrangência das acções dos programas sociais (rural e/ou urbana)*, indicando a amplitude territorial dos objectivos estabelecidos e aliados ao combate à pobreza. A primeira é a *execução financeira do programa*, informação básica que diz sobre a implementação das acções; a segunda é a *área de abrangência das acções dos programas sociais (rural e/ou urbana)*, indicando a amplitude territorial dos objectivos estabelecidos e aliados ao combate à pobreza.

Observou-se bom desempenho da execução financeira dos programas que, por outro lado, apresentaram restrições em seu montante de recursos devido a crise econômica que assola o país. Este cenário indica problemas na sustentabilidade dos programas sociais nos próximos anos, uma vez que a execução financeira não atende as necessidades de execução operacional. E observou-se que a maioria dos programas sociais possui área de abrangência rural e urbana, favorecendo o combate à pobreza segundo as diferentes características do território.

Secção 3: Tratou-se de analisar dois aspectos relevantes para a definição dos programas sociais: público-alvo e sistemas de informação. O público-alvo mais frequente dos programas sociais foram iniciativas produtivas, seguido por “alunos, professores ou escolas”, famílias, trabalhadores, programa voltado para trabalhadores e iniciativas produtivas e programas voltados para municípios especificamente. E esta distribuição reflete os objectivos dos programas sociais, com públicos específicos para as acções. Destaque para os programas relacionados às iniciativas produtivas, classificados maioritariamente na categoria C e os programas relacionados às famílias estão maioritariamente classificados na categoria D.

A concentração do público-alvo em algumas categorias da tipologia de programas sociais reforça a associação entre os objectivos dos programas e o seu público específico. E em relação aos sistemas de informação, observa-se que a maioria dos programas sociais (praticamente dois terços de todos os programas) está sendo monitorada por meio de planilhas atualizadas periodicamente, sem que haja algum sistema eletrónico que possa auxiliar neste processo. Em outras palavras, há baixa utilização de sistemas de informação que permita mais efectivo monitoramento das acções dos programas sociais.

Secção 4: Pode-se dizer que os programas sociais relacionados ao combate à pobreza em Angola apresentam características que apontam convergência territorial e sobreposição de suas acções. Os resultados apontam o espraiamento dos programas sociais em todas as províncias do país e as acções orientadas para as áreas rural e urbana. O número médio de programas com execução financeira de suas acções pode ser considerado elevado e não apresenta diferença significativa em sua cifra segundo as distintas províncias. Como analisado, a média vai de 18 a 22 programas sociais com execução financeira por província. Em relação à intersectorialidade no território, observou-se que a maioria dos programas sociais, de distintas classificações tipológicas, está presente na maior parte das províncias do país.

## **5.2. Recomendações gerais sobre os programas sociais**

**1. Execução financeira dos programas sociais:** Observou-se que um ponto frágil no combate à pobreza em Angola é a baixa execução financeira dos programas sociais. Isto se deve a problemas sistémicos de contingenciamento financeiro, impedindo que o orçamento seja cumprido (Ministérios), ou por dificuldades nos processos burocráticos que atrasam a execução financeira dos programas (Instituições Financeiras Internacionais). Esses gargalos devem, antes de qualquer outra acção, ser totalmente mapeados.

Uma vez cumprida esta etapa, o orçamento atualizado deverá ser apresentado para as áreas técnicas a fim de permitir a devida execução financeira dos programas sociais. A sustentabilidade de financiamento para os anos vindouros é aspecto igualmente importante para o planejamento dos objectivos. Portanto, além de estabelecer o orçamento para o referido ano de execução, estimativas de orçamento para os próximos anos é requisito relevante para o desenvolvimento das acções dos programas sociais.

**2. Execução operacional dos programas:** Com a execução financeira programada e activa, a execução operacional dos objectivos dos programas se torna factível. Há necessidade de as áreas técnicas atualizar os objectivos estipulados nos programas (a partir de uma reavaliação dos objectivos, observar quais metas dever ser alteradas, formuladas ou canceladas). Revisitar os projetos dos programas à luz das demandas actuais é uma tarefa fundamental uma vez que o novo orçamento pode ampliar ou diminuir a liberdade da execução operacional dos programas sociais. Uma revisão intercalada do PDN 2018-2022 previsto em 2020 pode permitir o ajustamento necessário e redesenhar dos programas para garantir maior efectividade e impacto na sua implementação.

**3. Necessidade de maior relação entre instituições gestoras:** Deve-se proporcionar maior proximidade entre as diversas Instituições gestoras dos programas sociais, sendo eles Ministérios ou Instituições Financeiras Internacionais. O objectivo é a troca constante de informações a fim de potencializar os efeitos de combate à pobreza dos programas no território. Afinal, sabe-se que a pobreza é um problema multidimensional. E, por isso, deve ser considerado por meio dos diversos programas sociais que atuam no mesmo território ou proximidades (províncias, cidades, comunas, seja em área rural ou urbana). A sinergia entre programa pode ser uma alternativa para a falta de recursos dos programas sociais, contribuindo para a articulação das acções de distintas instituições gestoras.

**4. Observatório de discussões sobre as acções dos programas:** Manutenção de um grupo técnico de trabalho que acompanhe todas as acções dos programas sociais de combate à pobreza, com observatório de discussões periódicas com o intuito de sanar os três problemas acima descritos com maior agilidade (execução financeira, execução operacional e articulação entre diferentes instituições). Sabe-se que toda acção que dependa da sinergia entre diferentes instituições requer acompanhamento cuidadoso do Estado – Ministra de Estado para a Área Social. Organizar o monitoramento das acções é uma recomendação que permitirá antecipar eventuais problemas nos programas – articulados ou não – de combate à pobreza, como também aperfeiçoar as acções de dois ou mais instituições gestoras no mesmo território.

**5. Aperfeiçoamento da intersectorialidade:** Observou-se elevada capacidade de intersectorialidade por meio da elevada convergência e sobreposição no território dos programas sociais. No entanto, há margem para a ampliação desta característica, potencializando as ações dos programas, seja com o aumento das ações dos programas num mesmo território, seja no aumento da cobertura territorial desses programas. Um ponto importante é a sustentação da intersectorialidade do programa ao longo do tempo. Para isso, cumpriria esta função o observatório de discussões sobre as ações dos programas sociais.

**6. Monitoramento e avaliação dos programas sociais:** Necessidade de atender às demandas por monitoramento e avaliação dos programas de forma sistêmica, nas devidas desagregações territoriais observadas nas ações estabelecidas. Há necessidade de acompanhamento sistemático da população em situação de pobreza por meio dos processos de monitoramento, como também de análises do impacto dos programas sociais na redução da pobreza no país por meio dos processos de avaliação. Um conjunto de indicadores se fazem necessários para o acompanhamento dos programas sociais, seus resultados e reais impactos sob a pobreza monetária e multidimensional, análises comparativas com outros países com iniciativas semelhantes e estabelecimento de melhores práticas com as experiências adquiridas nacionalmente e em experiências internacionais. E para tais iniciativas, fazem-se relevantes sistemas de informação específicos que permitam melhor acompanhamento de avaliação e desempenho dos programas sociais.

### 5.3 Próximos passos

**1. Ações concentradas em um programa social:** no curto prazo, aconselha-se concentrar esforços de combate à pobreza em apenas um programa social que possua capacidade de alcançar resultados expressivos para todo território nacional. Com base nos dados analisados nos capítulos anteriores, observa-se que o Programa Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) possui as principais características para desenvolver iniciativas de combate à pobreza: o programa possui a maior amplitude de ações segundo os objectivos específicos<sup>40</sup>, capacidade de sustentação financeira mensal a cada município do país definida por Decreto Presidencial<sup>41</sup> e iniciativas que visam cobrir todo o

---

<sup>40</sup> Os objectivos específicos, descritos no Decreto Presidencial no 35/2019, consistem em ações que compreendem as tipologias B. Geração de trabalho e renda (inclusão produtiva); C. Ampliação da infraestrutura e oferta de bens; D. Ampliação de serviços sociais; E. Reforço da capacidade institucional.

<sup>41</sup> Segundo informações sobre a operacionalização do programa, há aporte de recursos mensais de 25 milhões de kwanzas por município.

território nacional<sup>42</sup>. Além das três características apresentadas, recomenda-se o PIDLCP por possuir desenho de implementação adequado a combater à pobreza em Angola, seja no meio rural e urbano e para distintos perfis de públicos-alvo dada a multiplicidade de serviços disponíveis pelo programa.

Reconhece-se as inúmeras dificuldades de implementação do PIDLCP. Para tanto, promover a sinergia com outros programas sociais que possuem capilaridade institucional e territorial é condição desejável e necessária para o sucesso das acções do programa indicado. Entende-se que o Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM), gerido pelo MATRE, é o mais indicador para contribuir para a implementação das acções do PIDLCP nos municípios.

As iniciativas do PIIM de execução de projetos municipais em diversas áreas (principalmente educação, saúde, energia e água) podem ajudar para implementar as acções do PIDLCP por meio do modelo de gestão de execução dos projetos. Aconselha-se colocar as equipas técnicas de contato para coordenar as acções dos dois programas a fim de potencializar os efeitos das acções de combate à pobreza. Não se exclui a possibilidade de outros programas participarem para potencializar o PIDLCP, seja executado por Ministério ou por Instituição Internacional.

**2. Sistema de informação:** Para a adequada implementação do PIDLCP, há necessidade de um sistema de informação para o acompanhamento das acções. O acompanhamento é realizado em dois passos: monitoramento das acções e avaliação dos resultados. O monitoramento consiste na coleta de informações qualificadas sobre o programa; já a avaliação utiliza essas informações para gerar uma série de indicadores que permitam dizer sobre a eficiência do programa em diversas dimensões.

Para tanto, conta-se com a experiência do INE e dos distintos Gabinetes de Estudos, Projetos e Estatísticas (GEPE) dos diferentes Ministérios para a definição de um sistema de informação para o monitoramento do programa. De forma coordenada, o INE e GEPE podem criar um sistema de informações de acompanhamento dos programas de forma a gerar uma base de dados primária. Essa base de dados primária deve permitir o acesso às informações de outros registos administrativos (local de residência, carteira de identificação entre outras informações básicas) a fim de iniciar um cadastro maior da população pobre em Angola.

Ponto relevante para o desenvolvimento dos processos de monitoramento e avaliação dos programas sociais é o sistemático esforço de cadastro dos beneficiários. O cadastro gerará registos administrativos dos beneficiários que, se realizado de forma integrada com outros

---

<sup>42</sup> As acções do programa estão previstas para cobrir todos os municípios de Angola.



programas em execução<sup>43</sup>, permitirá obter um quadro de como as políticas públicas estão sendo realizadas e qual o perfil dos beneficiários. Para tanto, a identificação dos beneficiários é um passo importante a ser constituído por meio da documentação individual (carteira de identificação individual, título de eleitorado, entre outras documentações fundamentais para o aprimoramento da identificação dos cidadãos).

**3. Capacitação:** Outro ponto relevante para o aprimoramento da execução do PIDLCP, como também da sua conexão com outros programas, é a capacitação técnica das equipas envolvidas nos processos de formulação, implementação e avaliação de programas sociais nos níveis nacional, provincial e municipal.<sup>44</sup> A capacitação buscará nivelar e padronizar os conhecimentos e práticas das equipas, garantindo maior efetividade da programação e resultados do programa. Para tanto, entende-se que algumas instituições podem contribuir para a capacitação das equipas técnicas por meio de parcerias institucionais entre o Governo de Angola (INE e Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas, ENAPP) e instituições internacionais (como PNUD, IPC-IG e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA).

**4. Resposta e recuperação dos efeitos económicos e sociais do COVID-19:** A pandemia do COVID-19 é uma preocupação sem precedentes do ponto de vista sanitário e de impacto socioeconómico em todos os países. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), recomenda-se acções drásticas por parte dos governos para atenuar a contaminação da população, particularmente entre os grupos mais suscetíveis às infecções mais severas e maior probabilidade de óbito, por exemplo a população com algum tipo de outra doença. Tais medidas visam evitar a sobrecarga dos serviços hospitalares, dando tempo suficiente para adequar casos que necessitam internação para cuidados intensivos com a capacidade das unidades sanitárias. Posto o cenário sanitário, uma das medidas tomadas por parte da maioria dos governos para diminuir o ritmo de contaminação por COVID-19 é limitar o deslocamento da população parcial ou totalmente. E essa limitação da população implica o encerramento dos estabelecimentos de produção industrial, serviços e comércio. A medida, embora dura, tem mostrado ser uma via adequada para a diminuição dos casos de contágio e mortes. Já os efeitos económicos estão sendo sentidos por todos os países de forma considerável.

Basta ver as quedas nos preços internacionais de referência do petróleo, nos índices das bolsas ao redor do mundo, o menor ritmo da produção para consumo doméstico e também orientado

---

<sup>43</sup> Entende-se que é possível criar um sistema integrado de monitoramento e avaliação dos programas sociais em execução.

<sup>44</sup> Há uma breve explicação do processo de gestão de um programa social em Anexo. E os equipos devem contar com a participação de técnicos envolvidos diretamente na execução dos programas sociais, como também contar com a participação de técnicos dos diversos GEPEs (Gabinetes de Estudos, Projetos e Estatísticas) dos diferentes Ministérios.

para exportação, medidas que visam regular os contratos de trabalho para evitar o desemprego massivo e consequente perda de renda por parte das famílias. O quadro econômico descrito pela Organização Mundial do Comércio (OMC), aponta para ressecação econômica mundial e inevitavelmente aumento da pobreza em todos os países.

O Governo angolano decidiu tomar uma série de medidas face à pandemia COVID-19 e, baseando-se nas recomendações da OMS, estabeleceu a Comissão Interministerial para a Resposta à Pandemia do Coronavírus e adotou medidas de Prevenção e o Plano Nacional de Contingência para o Controlo da Pandemia, entre outras.

Este relatório mapeou e analisou 36 programas sociais, geridos por instituições nacionais e internacionais, para o combate à pobreza em Angola. Com base nos resultados apresentados, é recomendável que os escassos recursos existentes sejam concentrados em um programa, apoiado por outro que teria a capacidade de ampliar a sua capacidade de resposta – redução do número de famílias em situação de pobreza. A estratégia consiste em construir uma para a consolidação de uma política de combate à pobreza em âmbito nacional, para todos os municípios, gerando capacidade de resposta do Estado às necessidades locais.

No entanto, o contexto econômico era de restrição financeira e volatilidade da economia. Ou seja, certa estabilidade no horizonte econômico. Com a pandemia do COVID-19, o desafio é ainda maior: *resposta* aos impactos socioeconómicos com acções com efeito imediato e *recuperação* pós-epidemia.

Neste sentido, é prioritário acelerar a implementação e execução do PIDCLP, bem como a sua coordenação com o PIIM. O PIIM deveria visar a promover a realização de actividades intensivas em mão de obra, considerando também esquemas de promoção do emprego formal nos municípios e nas áreas rurais.

Os dois programas anteriores (PIDCLP e PIIM) devem ser acompanhados pelo desenvolvimento de infraestruturas sociais, de cadeias de produção agrícolas e pecuárias e da empregabilidade, em particular o programa de promoção da empregabilidade (PAPE) que visa promover o emprego juvenil. As obras publicas realizadas no âmbito do PIIM podem ser reestruturadas para que possam também desenvolver a função de rede de segurança social. Por exemplo, o PNUD proporcionou assistência técnica ao Governo da Índia (Ministério do Desenvolvimento Rural) para implementar o Esquema de Garantia do Emprego Rural Mahatma Gandhi que incluiu a garantia de 100 dias de emprego formal remunerados ao salário mínimo.

Desta forma, poderia garantir a segurança alimentar para famílias, emprego – em particular para os jovens e as mulheres – e capacidade produtiva das comunidades, cooperativas e pequenas e

medias empresas. Os programas ora analisados representam uma base muito sólida para responder e traçar perspectivas de recuperar dos efeitos que a pandemia que poderá ter um impacto significativo no tecido social e económico e na capacidade das instituições em alargar com sucesso os programas sociais de combate à pobreza.

Esta observação reflecte a necessidade de maior sinergia e complementaridade entre PIDLCP e PIIM em sectores como: i) empregabilidade: programa 2.5.2 do PDN 2018-2022 para a promoção da empregabilidade e plano de acção para promoção da empregabilidade (PAPE); ii) produção agrícola: programa 2.3.2 do PDN 2018-2022 para o fomento da produção agrícola, programa 2.3.3 do PDN 2018-2022 para o fomento da produção pecuária, Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial) e Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial).

## Anexo

Conforme indicado na descrição da primeira seção, o Anexo comporta:

- (i) Agendas das missões realizadas, de 18 a 29 de Novembro de 2019 e de 5 a 14 de Fevereiro de 2020
- (ii) Quadro que descreve as etapas do desenvolvimento dos programas sociais
- (iii) Quadros com informações sobre os programas sociais.

# MISSÃO PARA O DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS

## PROPOSTA DE AGENDA PRELIMINAR DE REUNIÕES

LUANDA, 18-29 DE NOVEMBRO DE 2019

Horário	Programas / Projectos	Participantes	Local
<b>Seg. 18/11</b>			
Apresentação da missão, trabalho técnico sobre os objectivos e revisão da agenda de trabalho			
08h30 – 09h30	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica<sup>45</sup></li> </ul>	PNUD
Reunião de abertura com a Ministra de Estado para a Área Social			
10h00 – 12h00	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	Ministra de Estado para a Área Social
Reunião técnica com o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)			
14h00 – 17h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa 1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza</li> <li>▪ Programa 1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MASFAMU</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	MASFAMU
<b>Ter. 19/11</b>			
Reunião técnica com o responsável/responsáveis pelos projectos do Banco Mundial (BM)			
08h30 – 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecimento do projecto do sistema nacional de protecção social (transferência de rendimento)</li> <li>▪ Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial</li> <li>▪ Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>▪ BM</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	BM
Reunião técnica com o responsável/responsáveis pelos projectos da União Europeia (UE)			
14h00 – 17h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ FRESAN<sup>46</sup></li> <li>▪ APROSOC<sup>47</sup></li> <li>▪ RETFOP<sup>48</sup></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>▪ UE</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	UE
<b>Quar. 20/11</b>			
Reunião técnica com o responsável/responsáveis pelos projectos do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)			
08h30 – 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Linha de Crédito para o Banco BPC</li> <li>▪ Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda</li> <li>▪ Projecto de Apoio ao Sector de Pesca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>▪ BAD</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	BAD
Reunião técnica com o Ministério da Agricultura e Florestas (MIAGRIF)			
14h00 – 17h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa 2.3.2: Fomento da produção agrícola</li> <li>▪ Programa 2.3.3: Fomento da produção pecuária</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MINAGRIF</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	MINAGRIF
<b>Quin. 21/11</b>			
Reunião técnica com o Ministério da Economia e Planeamento (MEP)			
08h30 – 11h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Programa de Apoio ao Crédito (PAC)</li> <li>▪ Programa 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)</li> <li>▪ Programa 2.5.1: Reversão da economia informal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>▪ MEP</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	MEP

<sup>45</sup> Equipa técnica é composta pelo PNUD e IPC - IG

<sup>46</sup> FRESAN: Projecto Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola

<sup>47</sup> APROSOC: Apoio à Protecção Social em Angola

<sup>48</sup> RETFOP: Revitalização do ensino técnico e da formação profissional

Horário	Programas / Projectos	Participantes	Local
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade</li> </ul>		
<b>Reunião técnica com o Ministério das Pescas e do Mar (MINPESMAR)</b>			
12h00 – 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MINPESMAR</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MINPESMAR
<b>Quin. 21/11 (continuação)</b>			
<b>Reunião técnica com o Ministério da Administração pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS)</b>			
14h00 – 18h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de acção para promoção da empregabilidade (PAPE)</li> <li>Programa 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional</li> <li>Programa 2.5.2: Promoção da empregabilidade</li> <li>Programa 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações</li> <li>Programa 2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MAPTSS</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MAPTSS
<b>Sext. 22/11</b>			
<b>Reunião técnica com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT)</b>			
08h00 – 10h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)</li> <li>Programa 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MAT</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MAT
<b>Balço do progresso feito pela equipa técnica</b>			
11h00 – 13h00	-	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>RR do PNUD</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	Ministra de Estado para a Área Social
<b>Seg. 25/11</b>			
<b>Reunião técnica com o Ministério da Educação (MED)</b>			
09h00 – 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário</li> <li>Programa 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral</li> <li>Programa 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico-profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MED</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MED
<b>Reunião técnica com o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI)</b>			
14h00 – 15h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MESCTI</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MESCTI
<b>Reunião técnica com o Ministério da Indústria (MIND)</b>			
16h00 – 17h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MIND</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MIND
<b>Ter. 26/11</b>			
<b>Reunião técnica com o Ministério da Educação (MED)</b>			
09h00 – 13h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos</li> <li>Programa 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MED</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MED

Horário	Programas / Projectos	Participantes	Local
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 1.2.8: Accção social, saúde e desporto escolar</li> </ul>		

Horário	Programas / Projectos	Participantes	Local
Reunião técnica com o Ministério da Educação (MED)			
14h00 – 17h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente</li> <li>Programa 1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MED</li> <li>UTG do PNFQ</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MED
<b>Quar. 27/11</b>			
Reunião técnica com o Ministério do Turismo (MINTUR)			
09h00 – 10h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa 2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialista Ministra de Estado para a Área Social</li> <li>MINTUR</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MINTUR
<b>Quin. 28/11</b>			
Segunda volta de reuniões para os programas que necessitam acrescentar mais informação			
(Por definir)	(Por definir)	(Por definir)	(Por definir)
<b>Sext. 29/11</b>			
Segunda volta de reuniões para os programas que necessitam acrescentar mais informação			
(Por definir)	(Por definir)	(Por definir)	(Por definir)

**MISSÃO PARA O DIAGNÓSTICO E MAPEAMENTO DOS PROGRAMAS SOCIAIS**  
**AGENDA PRELIMINAR DE REUNIÕES**  
**LUANDA, 5-14 DE FEVEREIRO DE 2020**

Horário	Actividade	Participantes	Local
<b>Quarta 5/2</b>			
Apresentação da missão, trabalho técnico sobre os objectivos e revisão da agenda de trabalho			
08h30 – 09h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Revisão da agenda da missão e definição dos pontos de diálogo com os parceiros</li> <li>▪ Preparar e coordenar a apresentação do relatório da missão de Novembro na conferência nacional da pobreza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica<sup>49</sup></li> </ul>	PNUD
Reunião de abertura com a Casa Civil			
10h00 – 12h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diálogo com Casa Civil para obter comentários chave os resultados da missão de Novembro, em particular sobre o relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casa Civil</li> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	Casa Civil
Reunião técnica com o Ministério da Economia e Planeamento (MEP) / Dir. Nac. Planeamento			
14h00 – 17h30	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Encontro com a Direção Nacional de Planeamento do MEP, responsável pelo Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, para informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> <li>▪ Receber comentários chave</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialistas Casa Civil</li> <li>▪ MEP</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	MEP
<b>Quinta 6/2</b>			
Conferência nacional sobre combate à pobreza			
09h00 – 17h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação pública dos resultados principais do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais em Angola, realizado por IPC-IG e PNUD</li> <li>▪ Sessões técnicas da conferência nacional sobre pobreza</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vice-presidência da República</li> <li>▪ Especialistas Casa Civil</li> <li>▪ Ministérios chave</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	ENAPP
<b>Sexta 7/2</b>			
Reunião técnica com as agências da ONU em Angola			
09h00 – 10h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> <li>▪ Receber comentários chave para definir os próximos passos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialistas Casa Civil</li> <li>▪ Técnicos da ONU</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	PNUD
Reunião técnica com o Ministério das Finanças, Direcção Nacional do Orçamento do Estado e Direcção Nacional de Investimento Público			
14h00 – 16h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>▪ Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Especialistas Casa Civil</li> <li>▪ Min.Fin.</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	Min. Fin
<b>Segunda 10/2</b>			
Reunião técnica com Casa Civil			
09h00 – 11h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Avaliação dos resultados da conferência nacional e da missão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Casa Civil</li> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	Casa Civil
Reunião técnica com PNUD			
12h00 – 15h00		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ RR do PNUD</li> <li>▪ Equipa técnica</li> </ul>	PNUD

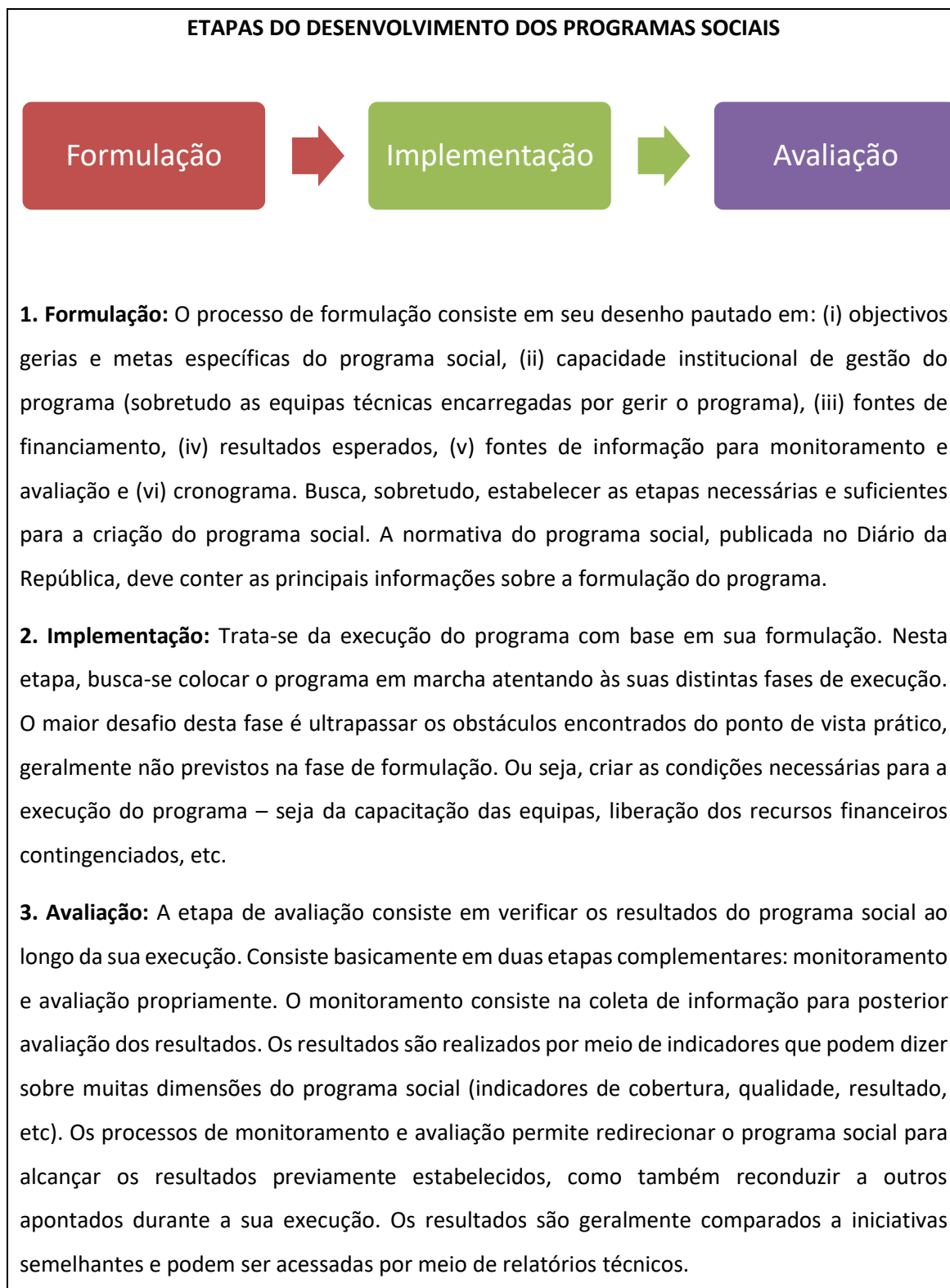
<sup>49</sup> Equipa técnica é composta pelo PNUD e IPC-IG/IPEA



Horário	Actividade	Participantes	Local
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Trabalho técnico da equipa com base nos resultados da semana</li> </ul>		
<b>Terça 11/2</b>			
Reunião técnica com o Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)			
09h00 – 12h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>MASFAMU</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MASFAMU
Reunião técnica com o Instituto Nacional de Estatística (INE)			
14h00 – 16h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>INE</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	INE
<b>Quarta 12/2</b>			
Reunião técnica com a Unidade Técnica de Acompanhamento de Projectos com Financiamento Externo (UTAP)			
09h00 – 12h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>UTAP</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	UTAP/MinFin
Reunião técnica com o Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT)			
14h00 – 16h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>MAT</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MAT
<b>Quinta 13/2</b>			
Reunião técnica com o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI)			
09h00 – 12h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>MESCTI</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	MESCTI
Reunião técnica com o Ministério da Juventude e Desporto			
14h00 – 16h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informar sobre os resultados do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais e receber comentários chave</li> <li>Avaliar os resultados do relatório final do diagnóstico e mapeamento dos programas sociais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Especialistas Casa Civil</li> <li>Min.Juv</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	Min.Juv.
<b>Sexta 14/2</b>			
Apresentação dos resultados da missão para a Casa Civil			
09h00 – 11h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apresentação dos resultados da missão para a Casa Civil</li> <li>Definição dos próximos passos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Casa Civil</li> <li>RR do PNUD</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	Casa Civil
Definição dos próximos passos			
12h00 – 15h00	<ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliação dos resultados da missão</li> <li>Identificação dos indicadores de monitoramento e avaliação que possibilitem a melhoria da gestão dos programas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>RR do PNUD</li> <li>Equipa técnica</li> </ul>	PNUD

Horário	Actividade	Participantes	Local
	<ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="400 226 924 344">▪ Finalização do plano de acção para atender às recomendações do diagnóstico e mapeamento, incluindo a formalização da parceria entre PNUD Angola e IPC-IG</li> </ul>		

**Quadro 2:** Etapas do desenvolvimento dos programas sociais



**Quadro 3.** Lista de programas sociais segundo diversas informações utilizadas para análise. Informações: objectivos do programa, ações previstas no projeto que estão em execução e orçamento (2019)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 1.1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza	MAFAMU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impulsionar a inclusão produtiva de agregados familiares em situação de pobreza, retirando-os dessa situação e contribuindo para o desenvolvimento económico local (rural e urbano)</li> <li>• Reduzir os níveis de pobreza extrema a nível rural e urbano, elevando o padrão de vida dos cidadãos em situação de pobreza extrema através de transferências sociais</li> <li>• Promover o desenvolvimento local e o combate à pobreza através de uma gestão coordenada do PIDLCP, com base numa selecção adequada dos territórios e beneficiários-alvo e na concertação entre as Administrações Municipais, Governos Provinciais e Órgãos da Administração Central do Estado</li> <li>• Execução de diversos projetos em serviços</li> </ul>	Sim	51 milhões de kwanzas previsto para 2019 (Orçamento geral do Estado)
P 1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher	MAFAMU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, com o reconhecimento e valorização do papel da mulher em todos os domínios da sociedade, político, económico, empresarial, laboral, pessoal e familiar através da informação e sensibilização das comunidades para as questões do género</li> <li>• Assegurar, de modo mais significativo, o empoderamento das mulheres jovens e da mulher rural, por via do reforço da sua qualificação profissional</li> </ul>	Sim	345 milhões de kwanzas (2019) (Orçamento Geral do Estado)
P 1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a formação inicial de professores de Educação Pré-escolar, Ensino Primário e Ensino Secundário Geral e Técnico-Profissional em quantidade e qualidade</li> <li>• Assegurar a formação de professores para funções especializadas</li> <li>• Assegurar a formação de formadores de professores</li> <li>• Assegurar a gestão eficaz do pessoal docente</li> <li>• Promover a investigação e avaliação no domínio da educação</li> </ul>	Sim	Segundo o questionário técnico: "Não se conhece o orçamento geral do programa para que se possa aferir a percentagem de sua implementação em termos financeiros." Primeira página do Ofício no 504/INFQE/2019. No entanto, segundo o PDN, o orçamento reservado às ações do referido programa foi de 2,046 milhões de kwanzas para 2019

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Sensibilização de gestores</li> <li>Identificação das necessidades das províncias</li> <li>Actividades com famílias (sensibilização das famílias para inserção no projeto e produção de brinquedos e jogos com material reciclável)</li> </ul>	Sim	Esta calculado em AO 7.000.000,00 de Kwuanza por município. No entanto, segundo o PDN, o valor orçado do programa é de 648 milhões de kwanzas em 2019
P 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir que todas as meninas e meninos completam o Ensino Primário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes através da melhoria da rede escolar do Ensino Primário, colmatando as insuficiências da oferta educativa ainda existentes em algumas províncias</li> <li>Combater o insucesso escolar no Ensino Primário, através da melhoria das condições de aprendizagem e de ligação efectiva às escolas, assegurando a inclusão e apoio pedagógico acrescido para alunos com deficiência, espectro autista e altas habilidades</li> </ul>	Sim	Para a promoção do modelo executivo de educação: 1.262.000,00 milhões de kwanzas; Para a Generalização do projeto educativo de escolas: 1.620.772,00 milhões de kwanzas; Para o Combate ao Abandono Escolar: 9.044.700,00 milhões de kwanzas; Para o "Meu Kamba": 2.500.000,00 milhões de kwanzas; Para o CAPPRI - Capacitação para Professores Primários: 243.000.000,00 milhões de kwanzas; Para a Escola Amiga da Criança (EAC): O valor não foi informado.
P 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir que todas as raparigas e rapazes completam o Ensino Secundário e que este conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes</li> <li>Colmatar as insuficiências da oferta educativa ainda existentes em algumas províncias, alargando a rede escolar do Ensino Secundário Geral, através da construção e apetrechamento de salas de aula</li> </ul>	Sim	Para o concurso Olimpíadas de Matemática: 13.270.250,00 milhões de kwanzas; Para a Educação de Raparigas: 1.620.772,00 milhões de kwanzas; Para o Concurso de Olimpíadas da CPLP: 3.124.650,00 milhões de kwanzas e 4.600,00 USD; Para o Torneio Internacional de Física: 9.070.000,00 milhões de kwanzas (1ª fase) e 9.686.100,00 milhões de kwanzas (2ª fase); Para Visistas de Constatação e Orientação Metodológica às Províncias: 3.731.504,00 milhões de kwanzas.
P 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>Formação e diplomação com estágio curricular</li> <li>Orientação vocacional</li> <li>Bolsa de formadores de orientação vocacional</li> <li>Inserção na Vida Ativa (GIVA)</li> </ul>	Sim	3,972 milhões de kwanzas pela OGE; Não há informações do valor aportado pelo BAD

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mecanismo de seleção do público</li> <li>• Fontes de informação para monitoramento</li> <li>• Indicadores utilizados para avaliação de processos (fontes de informação e descrição dos indicadores)</li> </ul>	Sim	3,880 milhões de kwanzas (OGE)
P 1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	MESCTI	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumentar o número de graduados no ensino superior, em especial em áreas de formação deficitária, nomeadamente através da melhoria e extensão da rede de Instituições de Ensino Superior</li> <li>• Dotar o corpo docente nacional com maiores níveis de qualificação de forma a melhorar a qualidade do Ensino Superior em Angola</li> <li>• Desenvolver o potencial humano, científico e tecnológico nacional através da consolidação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, da capacitação dos investigadores, da promoção e articulação entre as Instituições de Investigação Científica e as Instituições de Ensino Superior e da criação da Academia de Ciências de Angola</li> </ul>	Sim	48,2 milhões de kwanzas (OGE)
P 1.2.8: Accção social, saúde e desporto escolar	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promoção de saúde na escola</li> <li>• Distribuição de kits primeiro-socorros nas escolas</li> <li>• Rastreio de doenças não transmissíveis</li> <li>• Jogos escolares</li> <li>• Formação de professores de educação física</li> </ul>	Sim	Para a saúde: 108.527.058,00 milhões de kwanzas e para o desporto: 78.811.238,00 milhões de kwanzas (OGE)

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)	MED	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reprogramar o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) de forma a ajustar a sua estrutura, metas e horizonte à conjuntura actual e às prioridades de desenvolvimento do País</li> <li>• Regular a oferta formativa nos domínios considerados estratégicos no PNFQ (cursos em domínios tendencialmente em equilíbrio, cursos em domínios deficitários e cursos em domínios sem oferta)</li> <li>• Melhorar o grau de empregabilidade dos diplomados dos sistemas de ensino técnico profissional, superior e da formação profissional</li> <li>• Obter um conhecimento permanente sobre os Quadros disponíveis em Angola, através de um Sistema de Informação de Registo e Gestão de Quadros (SIRGQ), com uma base de dados dos quadros existentes na Administração Central do Estado, na Administração Local do Estado e promover a sua generalização à economia angolana</li> </ul>	Sim	1,057 milhões de kwanzas (OGE)
P 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional	MAPTSS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a elevação dos índices de competências profissionais e responder de forma adequada às necessidades de mão-de-obra qualificada do País através da expansão da formação profissional a todos os municípios</li> <li>• Proporcionar ajuda aos jovens na tomada de decisão vocacional e profissional e dar conhecimento das saídas profissionais existentes</li> <li>• Promover a manutenção do emprego, através da formação contínua das pessoas empregadas</li> </ul>	Sim	4,056 milhões de kwanzas (OGE)

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações	MAPTSS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integrar e articular as qualificações resultantes dos diferentes subsistemas de educação e formação: ensino básico, secundário, técnico-profissional, ensino superior, formação profissional e os processos de reconhecimento e certificação de competências no QNQ</li> <li>• Melhorar o conhecimento das profissões, tarefas e funções mais relevantes no País, com base numa dimensão sectorial, através da definição de famílias profissionais prioritárias e suas profissões e os perfis profissionais com as respectivas qualificações para cada profissão, estruturado no CNQ</li> <li>• Reconhecer e aumentar os níveis de qualificação da população com a implementação de políticas e incentivos à formação ao longo da vida, promovendo a valorização e a certificação das aprendizagens adquiridas em diferentes contextos, através da definição e aprovação do Regime de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competência (RVCC)</li> </ul>	Sim	85 milhões de kwanzas (OGE)
P 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade	MEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a aceleração da produtividade total dos factores, capitalizando as iniciativas que incidem sobre os factores dinâmicos da competitividade-estrutural, através do aumento da produtividade de empresas e instituições públicas.</li> </ul>	Não	14 milhões de kwanzas (OGE)
P 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)	MEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover a produção das fileiras prioritárias e dos bens da cesta básica de forma a conquistar progressivamente quotas crescentes no mercado interno e a contribuir para a diversificação da estrutura da economia e das exportações</li> <li>• Aumentar as exportações dos produtos e fileiras prioritárias, em diversidade e quantidade</li> <li>• Atrair IDE para aumentar o investimento produtivo diversificado na economia angolana</li> </ul>	Sim	30,289 milhões de kwanzas (OGE)

(Cont.)



Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 2.3.2: Fomento da produção agrícola	MINAGRIF	Fomentar a actividade agrícola, visando o aumento da produção de produtos alimentares básicos de consumo, quer em explorações agrícolas familiares, quer em explorações agrícolas empresariais Aumentar a produção de culturas industriais e de rendimento Apoiar a produção agrícola dos agricultores familiares, através do aumento da disponibilidade e melhoria do acesso aos factores de produção e do aumento da capacidade dos serviços de extensão e desenvolvimento rural	Sim	65,2 milhões de kwanzas (OGE)
P 2.3.3: Fomento da produção pecuária	MINAGRIF	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar o aumento da produção pecuária para satisfação das necessidades alimentares do País em produtos de origem animal</li> <li>Melhorar a prevenção, o controlo e a erradicação de doenças animais e zoonoses</li> </ul>	Sim	12,7 milhões de kwanzas (OGE)
P 2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável	MINPESMAR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover e incentivar a criação de políticas, programas e planos de desenvolvimento sustentável</li> <li>Promover a competitividade e o desenvolvimento da aquicultura de modo sustentável</li> <li>geração de emprego e aumento da renda familiar</li> </ul>	Sim	1.239.000,00 milhões de kwanzas
P 2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora	MIND	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o Adensamento das Cadeias Produtivas, o Aproveitamento e Valorização das Matérias-primas, a Diversificação da Produção Nacional em bases Competitivas e a Substituição de Importações</li> <li>Aumentar as exportações de produtos industriais angolanos</li> <li>Desenvolver Infraestruturas de Apoio à Indústria</li> <li>Desenvolver um Sistema Integrado de Apoio às Indústrias Nacionais</li> </ul>	Sim	3,8 milhões de kwanzas
P 2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico	MINTUR	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expandir a capacidade hoteleira e turística incentivando polos de desenvolvimento turístico para atração de investimento privado.</li> <li>Geração de empregos, direta e indiretamente através da formação de guias e construção de empreendimentos</li> </ul>	Não	230 milhões de kwanzas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
P 2.5.1: Reconversão da economia informal	MEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir e implementar uma resposta integrada à informalidade da economia, capaz de produzir mudanças estruturais a médio prazo, com base num conhecimento abrangente do fenómeno</li> <li>• Aumentar a abrangência geográfica e o tipo de serviços de apoio às empresas e empreendedores, de modo a facilitar a formalização da actividade económica em todo o território</li> <li>• Fomentar o surgimento de cooperativas nos sectores da agricultura, pescas, comércio, indústria e transportes enquanto organização empresarial facilitadora da formalização de actividades informais não ilegais junto de comunidades vulneráveis e/ou outros grupos de interesse em todo o território</li> </ul>	Em 2019 o MEP tem realizado um workshop nacional para elaborar o plano de Acção para a reconversão da economia informal, que está em fase de finalização	USD 14 milhões
P 2.5.2: Promoção da empregabilidade	MAPTSS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aumento da capacidade da rede de centros e serviços de emprego</li> <li>• Inserção de jovens no mercado de trabalho (estágio)</li> <li>• Reforço do empreendedorismo</li> </ul>	Sim	656.000.000,00 milhões de kwanzas
P 2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho	MAPTSS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria na inspeção laboral em todas as províncias</li> <li>• Promover criação de condições de trabalho adequada a nível de higiene, segurança e saúde.</li> <li>• Melhorar a capacidade de resposta a conflitos laborais</li> </ul>	Sim	Segundo questionário tecnico não há orçamento liberado para o programa. Atua-se com ações de sensibilização para a melhoria das condições de trabalho
P 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais	MAT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar as condições para a implementação das autarquias</li> <li>• Realizar as primeiras eleições autárquicas</li> </ul>	Sim	15,2 milhões de kwanzas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
Plano de acção para promoção da empregabilidade (PAPE)	MAPTSS	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formalização de negócios</li> <li>• Atribuição de carteiras profissionais</li> <li>• Apoio de microcrédito</li> <li>• Kits Profissionais</li> <li>• Benfeitorias nas instalações</li> </ul>	Sim	AOA 21,749,486,029.84 Milhões de Kwanzas
Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	MEP	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitar o acesso das empresas ao crédito para financiamento do aumento da produção; de 54 bens inseridos nas fileiras produtivas do PRODESI</li> <li>• Contribuir para o alargamento do mercado nacional de bens e serviços, a substituição de importações e a diversificação das exportações</li> </ul>	Não	Orçamento inicial, para 2019, está previsto 141 mil milhões de Kwanzas
Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)	MAT	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise dos projetos municipais em torno dos temas de educação, saúde, energia e água.</li> <li>• Execução dos projetos municipais em torno dos temas de educação, saúde, energia e água.</li> </ul>	Sim	A carteira nacional PIP para o acordo PIIM, possui um crédito disponível de Kz 72.463.470 244,17
Política Nacional da Juventude	MJD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso aos serviços sociais básicos;</li> <li>• Acesso a formação profissional, emprego e empreendedorismo;</li> <li>• Erradicação da pobreza e integração socioeconómica dos jovens; participação e representação na vida política e pública;</li> <li>• Tempos livres, educação física e desportos;</li> <li>• Acesso à Tecnologias de Informação e Comunicação, e;</li> <li>• Segurança pública e cidadania.</li> </ul>	Não	Não há orçamento estimado
FRESAN (União Europeia)	EU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Resiliência e sustentabilidade da produção agrícola familiar;</li> <li>• Aumento na nutrição por meio da educação e nutrição com foco nas transferências sociais;</li> <li>• Fortalecimento institucional e gestão multissetorial da informação e;</li> <li>• Teste das ações sensíveis à nutrição (custo efetivo).</li> </ul>	Não	65 milhões de euros
APROSOC (União Europeia)	EU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento dos CASI</li> <li>• Transferências Sociais Monetárias</li> <li>• Projetos comunitários em diversas áreas (educação, saneamento, poupança comunitária, desenvolvimento económico local, etc)</li> <li>• Formação de pessoas para gestão do projeto nos municípios</li> </ul>	Sim	Componente 1: Fortalecimento Capacidade MINARS (€ 9.290.00,00) / Componente 2: Apoiar Governo com a Finalização e Implementação de novas Políticas de Assistência Social, Fortalecimento Capacidade MINARS (€ 21.467.000,00)

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
RETROP (União Europeia)	EU	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O objectivo é dotar os diplomados com conhecimentos e competências relevantes para o mercado de trabalho. O projecto prestará uma atenção particular a inclusão de pessoas com mais dificuldades sociais e geográficas, como as mulheres e as populações rurais.</li> </ul>	Não	65 milhões de euros (em em cinco anos)
Fortalecimento proj. do sistema nac. protecção social (transf. de rendimento) (Banco Mundial)	BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Temporary income support provided to poor households in selected areas</li> <li>• Beneficiaries of social safety net programs (disaggregated by sex), unconditional cash transfers and others</li> <li>• Percentage of cash transfer beneficiary households among the poorest 40 percent,</li> <li>• Number of administrative units (CASIs, MASFAMU offices) adopting the CSU as a single gateway to SSN programs</li> <li>• Percentage of cash transfer beneficiary households in which some members (males/females) benefit from access to local human development services.</li> </ul>	Não	Orçamento previsto de USD 320 milhões.
Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial)	BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Investimentos espacial e desenvolvimento da infraestrutura, favorecendo integração socioeconomica da região do projeto (Componente 1. Desenvolvimento do Agronegócio)</li> <li>• Componente 2. Apoio ao desenvolvimento de um ambiente propício para a agricultura comercial</li> <li>• Componente 3. Gerenciamento de Projetos, Coordenação e Diálogo Público-Privado</li> </ul>	Não	Orçamento previsto de USD 230 milhões.
Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial)	BM	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Componente 1. Capacidade de construção e desenvolvimento institucional</li> <li>• Componente 2. Apoio para o aumento da produção e comercialização</li> <li>• Componente 3. Projeto de gestão</li> </ul>	Não	Orçamento previsto de USD 100 milhões.

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Objectivos do programa social	Ações previstas no projeto estão em execução?	Orçamento (2019)
Linha de Crédito para o Banco BPC (BAD)	BAD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Abertura de linhas de crédito para empresas</li> </ul>	Não	Não há informações precisas sobre o orçamento disponível para o programa
Projecto de Apoio ao Sector de Pesca (BAD)	BAD	Informação presente nos diversos relatórios	Sim	USD 25,5 milhões
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda (BAD)	BAD	<ul style="list-style-type: none"> <li>• No âmbito do projeto, será disponibilizado um fundo de microfinanciamento no valor global de USD 5 milhões para apoiar o acesso de pequenos e médios produtores a fatores produtivos (sementes, mecanismos de proteção de culturas, fertilizantes, raça animal e alevinos, entre outros) para aumentar a produção e produtividade local de: (i) culturas alimentares (mandioca, banana, batata-doce, amendoim e feijão); culturas de rendimento (café, cacau e palma); (ii) pesca marinha e interior; (iv) pecuária; e (v) horticultura (legumes e frutas).</li> </ul>	Sim	USD 5 milhões

**Quadro 4.** Lista de programas sociais segundo diversas informações utilizadas para análise. Informações: Observação sobre execução financeira, público (rural/urbano), tipologias, fontes de informação e público-alvo

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza	MAFAMU	Diversas ações em curso, embora incipiente. Execução financeira em 46% ao final de 2019.	Rural e urbano	B/C/D/E	<b>D</b>	Censo Populacional de 2014 e SIGAS (Sistema de Informação, Gestão e Análise)	Famílias
P 1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher	MAFAMU	Embora a falta de financiamento previsto para o programa não ter seguido o cronograma, afetando a implementação das ações e comprometendo o alcance das metas estabelecidas. Apenas 3% dos recursos previstos em orçamento foram efetivamente executados, segundo informação da área técnica do programa.	Urbano	D	<b>D</b>	SIIgénero em princípio. Atualmente, utiliza-se o SIGAS para monitoramento das ações do programa. Mas a utilização do sistema ainda é incipiente.	Trabalhadores
P 1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente	MED	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,2% em 2019.	Rural e urbano	B	<b>B</b>	Relatório de supervisão, missões técnicas, relatórios da EM e dos GPE/Secretaria	alunos e professores/escolas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objetivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar	MED	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural e urbano	D	D	Não ficou claro o mecanismo de monitoramento e as fontes. Provavelmente a equipe de gestão do programa possui planilhas de acompanhamento dos principais resultados	Famílias
P 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário	MED	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,3% em 2019.	Rural e urbano	D	D	Não foi respondido no questionário. Mas sabe-se que as escolas fornecem informações sobre os alunos de forma periódica ao MED	alunos e professores/ escolas
P 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral	MED	Apenas a Olimpíada de Matemática foi executada. Segundo o relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural e urbano	D	D	Não foi respondido no questionário. Mas sabe-se que as escolas fornecem informações sobre os alunos de forma periódica ao MED	alunos e professores/ escolas
P 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional	MED	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural e urbano	D	D	O Gabinete de Estudos, Planejamento e Estatística do Ministério da Educação produz a estatística do sistema educacional e alimenta o Cadastro Único (SIGE)	alunos e professores/ escolas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos	MED	Programa executado a partir de setembro de 2019. Os dados apontados em reunião com área técnica disseram sobre os resultados anterior a 2018. Informações incipientes para avaliação dos resultados. Mas a execução relativa ao ano de 2018 foi de 40%. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural e urbano	D	D	Não foi respondido no questionário. Mas sabe-se que as escolas fornecem informações sobre os alunos de forma periódica ao MED	alunos e professores/ escolas
P 1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	MESCTI	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Urbano	D	D	Base de dados do Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação - MESCTI	alunos e professores/ escolas
P 1.2.8: Accção social, saúde e desporto escolar	MED	Para a saúde: 157.562.068,00 - (145,18% do previsto pelo orçamento) e para o desporto: 47.496.565,00 - (64,35% do previsto pelo orçamento)	Rural e urbano	B/D	D	Há informações coletadas pela Direção Nacional de Ação Social Escolar (GEPE do MED).	alunos e professores/ escolas

(Cont.)



Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)	MED	O PNFQ não possui um pacote financeiro autónomo para a sua implementação. Cada implementador (MED, MESCTI, MEP, MAPTSS), anualmente as acções sob a sua responsabilidade no OGE. Programa iniciado em 2013	Rural e urbano	B/D	<b>B</b>	SIGOF (Sistema de Informação e Gestão da Oferta Formativa) recebe e integra os dados da oferta de formação disponível no país para a Educação Técnico Profissional, a Educação Superior e a Formação Profissional, o SIRGQ recebe por parte dos Departamentos de Recursos Humanos da Administração Pública Central e Local os dados sobre que Quadros estão disponíveis no país e as suas respectivas competências e qualificações no sentido de se tornar mais científica e metódica a tarefa de diagnosticar a macro estrutura de competências e qualificações do stock de Quadros Angolanos e em função desse diagnóstico elaborar e afinar políticas de desenvolvimento de recursos humanos ao nível da Administração Pública e ao nível da economia em geral	alunos e professores/ escolas
P 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional	MAPTSS	90% do orçamento do INEFOP (apoio de formação profissional, aquisição de consumíveis, materiais e equipamentos)	Rural e urbano	B/D	<b>B</b>	Registos do programa por parte dos gestores e informações do INE	trabalhadores

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações	MAPTSS	Programa ligado à gestão do FNFQ (P 1.3.1), com compartilhamento de recursos	Rural e urbano	B	B	Não há sistema de informação. Acompanhamento do próprio Ministério.	alunos e professores/ escolas
P 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade	MEP	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, não há estimativa de execução financeira para 2019.	Rural e urbano	C	C	Não há sistema de informação. Acompanhamento do próprio Ministério.	trabalhadores e iniciativas produtivas
P 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)	MEP	Da totalidade dos recursos alocados para o programa em 2019, 44.9% foi executado; em 2018, a percentagem de execução ficou em 31.8%.	Rural e urbano	C	C	INE e informação de monitoramento do programa	iniciativas produtivas
P 2.3.2: Fomento da produção agrícola	MINAGRIF	Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural	C	C	Não há sistema de informação. Acompanhamento do próprio Ministério.	iniciativas produtivas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 2.3.3: Fomento da produção pecuária	MINAGRIF	Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural	C	C	Não há sistema de informação. Acompanhamento do próprio Ministério.	iniciativas produtivas
P 2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável	MINPESMAR	A execução financeira está em torno de 35%. Até agora foram beneficiadas cerca de 3 mil famílias a nível rural e a nível comercial se beneficiaram "vários empreendimentos aquícolas com assistência técnica e capacitação básica". Os objectivos do projeto foram atingidos parcialmente (segundo questionário preenchido pela área técnica).	Rural	B/D	B	O Sector tem reportado ao Instituto Nacional de Estatística (INE) trimestralmente informação sobre dados estatísticos, relativos a evolução da actividade de pescas e da aquicultura	iniciativas produtivas
P 2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora	MIND	Não há informação sobre execução financeira do programa em 2019. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Urbano	C	C	Acompanhamento das iniciativas realizadas do programa pelo próprio Ministério	iniciativas produtivas
P 2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico	MINTUR	17% do orçamento	Rural	B/C	C	Acompanhamento das iniciativas realizadas do programa pelo próprio Ministério	iniciativas produtivas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
P 2.5.1: Reconversão da economia informal	MEP	Programa ainda não implementado. Em 2019 houve a discussão das estratégias para, em 2020, iniciar a sua implementação de fato.	Urbano	C	C	Acompanhamento das iniciativas realizadas do programa pelo próprio Ministério	trabalhadores e iniciativas produtivas
P 2.5.2: Promoção da empregabilidade	MAPTSS	O programa está incorporado à execução do PAPE. Foram gerados 33% da meta de postos de trabalhos a ser gerados (167 mil empregos) com diversas iniciativas.	Rural e urbano	B	B	Através dos centros de formação profissional, de emprego, empreendedorismo e unidade de intermediação de mão de obra, com entrega física de documentação, posteriormente inserida na plataforma. Através do portal do PAPE.	trabalhadores e iniciativas produtivas
P 2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho	MAPTSS	Embora o programa não tenha financiamento próprio, há uma série de iniciativas de ações inspetivas ao ambiente de trabalho e ações de sensibilização às condições seguras e adequadas de trabalho.	Urbano	D/E	D	Monitoramento do programa	trabalhadores e iniciativas produtivas
P 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais	MAT	Não há informação disponível sobre a execução financeira do programa. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,1% em 2019.	Rural e urbano	D/E	E	Informações colhidas pela gestão do programa	trabalhadores

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
Plano de Acção para Promoção da Empregabilidade (PAPE)	MAPTSS	A execução financeira foi de 0,67% (foi indicado dificuldade na execução financeira por para da área técnica). Dentro os objectivos, há a geração de 126 empregos. Reconversão de 3 pavilhões, capacitação em empreendedorismo de 134 pessoas, distribuição de 9 kits profissionais, entre outras iniciativas de baixo volume.	Rural e urbano	A/B/C	B	Através dos centros de formação profissional, de emprego, empreendedorismo e unidade de intermediação de mão de obra, com entrega física de documentação, posteriormente inserida na plataforma. Através do portal do PAPE	trabalhadores
Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	MEP	Aguardando desembolso financeiro para iniciar programa. Por ainda não haver qualquer desembolso financeiro, pela razão de alguns projectos ainda estarem em fase de análise (98) e outros já aprovados (13) aguardando liberalização de recurso.	Rural e urbano	D	D	Informações colhidas pela gestão do programa	municípios
Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)	MAT	1.911.748.965,35 Milhões de Kwanzas. Segundo relatório do programa, há estimativa de execução financeira de 0,3% em 2019.	Rural e urbano	E	E	Sistema Integrado de Investimento Público (SIPIP), Sistema Integrado de gestão Financeira do Estado (SIGFE)	trabalhadores e iniciativas produtivas
Política Nacional da Juventude	MJD	Não há execução financeira	Rural e urbano	B\D	D	Não há informação sobre sistema de informação	trabalhadores
FRESAN (União Europeia)	EU	Execução financeira abaixo de 1%.	Rural	D/E	D	Há previsão de levantamento de informações ao longo da execução do programa	famílias

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
APROSOC (União Europeia)	EU	Serviços sendo implementados progressivamente, embora não estejam cumprindo o cronograma. Execução financeira: Componente 1 (70%) / Componente 2 (60%). Não discriminação do montante de recursos orçados por Componente, segundo questionário preenchido pela área técnica.	Rural e urbano	A/D/E	D	SIGAS	famílias
RETFOP (União Europeia)	EU	Actividade ainda não foi implementada. Execução abaixo de 1%, segundo reunião realizada com área técnica.	Rural e urbano	B	B	O INE é fonte e meio de verificação para algumas das metas e indicadores do programa.	trabalhadores
Fortalecimento proj. do sistema nac. protecção social (transf. de rendimento) (Banco Mundial)	BM	Ainda não há execução financeira do programa. Segundo informações da reunião com técnicos do Banco Mundial, o piloto do programa iniciará em fevereiro de 2020 (cinco a oito municípios).	Rural e urbano	A/D	A	Público definido por meio da concentração de famílias pobres (Censo de 2014). E sistema de gestão de informações do programa	famílias
Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial)	BM	Ainda não há execução financeira do programa, embora as actividade tenham se iniciado em outubro de 2018 (gestão do programa).	Rural	D/E	C	INE irá gerar estatísticas de produção (Censo Agropecuário em parceria com o Ministério da Agricultura).	iniciativas produtivas

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Observação sobre execução financeira do programa	Público (rural/urbano)	Tipologia (objectivos específicos)	Tipologia principal (combate à fome)	Fontes de informação do programa	Público alvo categorias
Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial)	BM	Ainda não há execução financeira do programa, embora as actividades tenham se iniciado em outubro de 2018 (gestão do programa). Nessa segunda fase, há indicações de que há o processo de revisão dos projetos considerados relevantes para o programa (relevância económica, financeira e custos)	Rural	D/E	C	INE irá gerar estatísticas de produção	trabalhadores
Linha de Crédito para o Banco BPC (BAD)	BAD	Poucas informações coletadas em reunião com área técnica. Programa com informações indisponíveis. Necessidade de consultar o Ministério das Finanças para acessar informações sobre a execução da linha de crédito.	Rural e urbano	C	C	Não há informação sobre sistema de informação	famílias
Projecto de Apoio ao Sector de Pesca (BAD)	BAD	A taxa de desembolso do empréstimo, à data de 28 de dezembro de 2019, é 45% e cerca de 85% do valor financiado está assinado em contratos.	Rural	B/C	C	Cabe ao Instituto de Desenvolvimento da Pesca Artesanal e da Aquicultura Comunal (IPA) assegurar a recolha, análise e divulgação dos dados relativos à pesca artesanal. O INE constitui naturalmente uma fonte de informação importante de indicadores económicos, sociais e de bem-estar nas províncias e municípios abrangidos pelo projeto.	iniciativas produtivas
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda (BAD)	BAD	A taxa de desembolso do empréstimo, à data de Dezembro de 2019, é de 3% (primeiro desembolso foi em Outubro de 2018)	Rural	C	C	Coleta de informações diretamente com os pequenos proprietários/agricultores por parte dos gestores do programa	iniciativas produtivas

**Quadro 5.** Lista de programas sociais segundo províncias cobertas pelos objectivos e metas contidos nos projetos. Províncias de Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando-Cubango, Cuanza Norte, Cuanza Sul, Cunene e Huambo

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Bengo	Benguela	Bié	Cabinda	Quando-Cubango	Cuanza Norte	Cuanza Sul	Cunene	Huambo
P 1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza	MASFAMU	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher	MASFAMU									
P 1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar	MED			x						
P 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário	MED									
P 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	MESCTI	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.8: Accção social, saúde e desporto escolar	MED	x	x	x	x		x		x	

(Cont.)



Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Bengo	Benguela	Bié	Cabinda	Cuando-Cubango	Cuanza Norte	Cuanza Sul	Cunene	Huambo
P 1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.2: Fomento da produção agrícola	MINAGRIF	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.3: Fomento da produção pecuária	MINAGRIF	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável	MINPESMAR	x				x	x	x		
P 2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora	MIND	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico	MINTUR	x	x				x	x		x

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Bengo	Benguela	Bié	Cabinda	Cuando-Cubango	Cuanza Norte	Cuanza Sul	Cunene	Huambo
P 2.5.1: Reconversão da economia informal	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.5.2: Promoção da empregabilidade	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais	MAT	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Plano de acção para promoção da empregabilidade (PAPE)	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)	MAT	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Política Nacional da Juventude	MJD	x	x	x	x	x	x	x	x	x
FRESAN (União Europeia)	EU								x	
APROSOC (União Europeia)	EU			x						

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Bengo	Benguela	Bié	Cabinda	Quando-Cubango	Cuanza Norte	Cuanza Sul	Cunene	Huambo
RETFOP (União Europeia)	EU		x							x
Fortalecimento proj. do sistema nac. protecção social (transf. de rendimento) (Banco Mundial)	BM	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial)	BM	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial)	BM					x			x	
Linha de Crédito para o Banco BPC (BAD)	BAD	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Projecto de Apoio ao Sector de Pesca (BAD)	BAD	x	x		x			x		
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda (BAD)	BAD				x					

**Quadro 6.** Lista de programas sociais segundo províncias cobertas pelos objectivos e metas contidos nos projetos. Províncias de Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Huíla	Luanda	Lunda Norte	Lunda Sul	Malanje	Moxico	Namibe	Uíge	Zaire
P 1.1.1: Desenvolvimento local e combate à pobreza	MASFAMU	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.1.3: Promoção do género e empoderamento da mulher	MASFAMU		x							
P 1.2.1: Formação e gestão do pessoal docente	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.2: Desenvolvimento da educação pré-escolar	MED	x					x		x	
P 1.2.3: Melhoria da qualidade e desenvolvimento do ensino primário	MED	x	x							
P 1.2.4: Desenvolvimento do ensino secundário geral	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.5: Melhoria e desenvolvimento do ensino técnico profissional	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.6: Intensificação da alfabetização e da educação dos jovens e adultos	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.2.7: Melhoria da qualidade do ensino superior e desenvolvimento da investigação científica e tecnológica	MESCTI	x	x	x	x	x	x	x	x	x

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Huíla	Luanda	Lunda Norte	Lunda Sul	Malanje	Moxico	Namibe	Uíge	Zaire
P 1.2.8: Accção social, saúde e desporto escolar	MED	x				x		x	x	x
P 1.3.1: Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)	MED	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.3.2: Reforço do sistema nacional de formação profissional	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 1.3.3: Estabelecimento do Sistema Nacional de Qualificações	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.2.2: Melhoria da competitividade e da produtividade	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.1: Apoio à produção, substituição das importações e diversificação das exportações (PRODESI)	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.2: Fomento da produção agrícola	MINAGRIF	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.3: Fomento da produção pecuária	MINAGRIF	x	x	x	x	x	x	x	x	x

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Huíla	Luanda	Lunda Norte	Lunda Sul	Malanje	Moxico	Namibe	Uíge	Zaire
P 2.3.7: Desenvolvimento da aquicultura sustentável	MINPESMAR		x		x	x	x		x	
P 2.3.10: Fomento da produção da indústria transformadora	MIND	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.3.12: Desenvolvimento hoteleiro e turístico	MINTUR	x				x		x	x	
P 2.5.1: Reconversão da economia informal	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.5.2: Promoção da empregabilidade	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 2.5.3: Melhoria da organização e das condições de trabalho	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x
P 4.3.2: Descentralização e implementação das autarquias locais	MAT	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Plano de acção para promoção da empregabilidade (PAPE)	MAPTSS	x	x	x	x	x	x	x	x	x

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Huíla	Luanda	Lunda Norte	Lunda Sul	Malanje	Moxico	Namibe	Uíge	Zaire
Programa de Apoio ao Crédito (PAC)	MEP	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Programa Integrado de Intervenção dos Municípios (PIIM)	MAT	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Política Nacional da Juventude	MJD	x	x	x	x	x	x	x	x	x
FRESAN (União Europeia)	EU	x						x		
APROSOC (União Europeia)	EU						x		x	
RETFOP (União Europeia)	EU	x	x				x		x	
Fortalecimento proj. do sistema nac. protecção social (transf. de rendimento) (Banco Mundial)	BM	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Angola: Projecto de Desenvolvimento da Agricultura Comercial (Banco Mundial)	BM	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Projecto de desenvolvimento e comercialização de pequenos agricultores – MOSAP II (Banco Mundial)	BM	x							x	
Linha de Crédito para o Banco BPC (BAD)	BAD	x	x	x	x	x	x	x	x	x

(Cont.)

Nome dos Programas	Instituição executora do programa	Huíla	Luanda	Lunda Norte	Lunda Sul	Malanje	Moxico	Namibe	Uíge	Zaire
Projecto de Apoio ao Sector de Pesca (BAD)	BAD		x					x		x
Projecto de desenvolvimento de cadeias de valor agrícola da província de Cabinda (BAD)	BAD									